

Eternit

Eternit S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 61.092.037/0001-81



www.eternit.com.br

...Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2010

Os recursos para essa aquisição foram obtidos com o aumento de capital da Companhia, realizado no final de 2009 por meio da emissão privada de novas ações. O objetivo do aumento de capital foi assegurar a flexibilidade financeira necessária para a manutenção de investimentos em crescimento orgânico, bem como permitir futuras aquisições e iniciativas que fortaleçam as atividades e negócios da Companhia.

Com relação à Tégula, a expectativa é ocupar a capacidade ociosa existente maximizando as sinergias com a Eternit. Desde o 2º T10, a Companhia vem intensificando os investimentos na Tégula, com foco na aquisição de moldes da telha BiG para atender principalmente às obras do programa Federal Minha Casa Minha Vida. Esta linha vem demonstrando ser uma excelente opção para este segmento com negócios expressivos realizados em 2010. A Companhia planeja dobrar de tamanho a recém adquirida Tégula.

Tendo em vista o bom momento do setor de construção e o mercado imobiliário aquecido, a Eternit planeja intensificar seus negócios com as construtoras, o que representa grande oportunidade de crescimento à Companhia. A maior parte de seu faturamento é proveniente de vendas com seus 14 mil pontos de vendas espalhados pelo país, sendo que grande parte desta demanda já fora capturada pela Eternit. Por conseguinte, atender ao segmento das construtoras tem substancial potencial de crescimento à Companhia.

Apesar do cenário bastante favorável ao setor de construção, a Administração considera relevantes os seguintes desafios do setor: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura e valorização do câmbio; disponibilidade e capacitação de mão de obra; aumento da produtividade da cadeia de construção; e a questão da habitação

no que se refere ao custo dos terrenos que podem sofrer valorização excessiva e inibir investimentos. Em relação aos desafios da Companhia, o principal deles é a diversificação no que se refere a volumes, margens e investimentos em marketing dos novos produtos, bem como o posicionamento sobre a questão jurídica do minério crisóteo.

A Eternit está confiante no crescimento da economia brasileira e, sobretudo, do setor em que está inserida. Com uma estrutura de capital adequada, baixo endividamento e investimentos consistentes com seu plano de expansão e diversificação, a Companhia está bem posicionada para maximizar as oportunidades do setor. Em 2010, a Eternit consolidou-se como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país. A partir deste momento, a meta a médio e longo prazo é tornar-se a maior e mais diversificada indústria de materiais de construção do Brasil, com cerca de 50% de seu faturamento ligado à diversificação.

EVENTO SUBSEQUENTE

Com foco na diversificação, a Eternit adquiriu, em fevereiro de 2011, um terreno de 400 mil m² no Distrito Industrial do Porto de Pecém, no município de Caucaia (CE), para instalação de sua nova fábrica "multiprodutos", visando expandir e diversificar suas atividades. A nova planta deverá fabricar produtos que estão no portfólio da Eternit e até mesmo novos produtos que poderão vir a fazer parte do portfólio da Companhia.

Em breve a Companhia divulgará o cronograma de obras, bem como os recursos necessários para a instalação desta nova planta.

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Eternit tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer do exercício de 2010 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas controladas.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2010, e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do país.

São Paulo, 10 de março de 2011.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.101	57.403	2.947	39.751	80.472	31.278
Investimentos temporários	6	40.900	65.400	-	40.900	65.400	-
Contas a receber de clientes	7	63.889	48.529	42.538	135.299	108.886	106.627
Estoques	8	73.918	45.524	40.188	98.445	61.016	59.275
Impostos a recuperar	9	6.303	4.287	2.744	6.799	5.099	3.676
Partes relacionadas	11	16.120	9.289	17.090	-	-	-
Demais contas a receber	11	5.606	3.484	4.465	16.110	7.078	7.549
Total do ativo circulante		221.837	233.916	109.972	339.304	327.951	208.405
NÃO CIRCULANTE							
Impostos a recuperar	9	22.054	20.855	20.798	22.867	21.334	21.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	23.554	25.089	24.614	49.788	37.202	34.845
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		7.020	7.944	4.902	11.894	12.140	9.031
Precatórios a receber		431	1.010	1.655	431	1.010	1.655
Demais contas a receber		500	443	492	2.101	3.663	2.123
Outros investimentos		8	8	8	250	246	246
Investimentos em controladas	10	175.441	119.780	111.665	-	-	-
Imobilizado	12	124.999	104.605	97.775	209.989	150.329	140.941
Intangível	12	1.811	917	936	24.454	17.967	17.764
Total do ativo não circulante		355.818	280.651	262.845	321.774	243.891	227.998
TOTAL DO ATIVO		577.655	514.567	372.817	661.078	571.842	436.403
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	32.523	17.831	21.149	41.097	20.805	24.038
Empréstimos e financiamentos	14	441	1.811	132	20.443	30.467	38.146
Salários, provisões e encargos sociais	15	19.638	9.429	9.394	34.842	20.566	17.622
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	9.357	7.237	5.546	29.937	18.785	15.377
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		27.245	18.118	18.137	27.245	18.118	18.137
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	1.645	1.645	1.645	2.835	2.893	2.718
Provisão para riscos	21	1.071	1.233	501	425	343	425
Demais contas a pagar		3.738	3.203	2.850	13.536	7.077	6.414
Total do passivo circulante		94.587	59.274	59.278	170.278	118.711	122.877
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	19.286	19.071	18.916	26.570	26.556	26.844
Financeamentos	14	10.711	12.233	501	3.491	1.233	501
Partes relacionadas	11	24.750	22.918	16.632	-	-	-
Provisão para riscos	21	18.457	18.089	11.071	37.966	28.500	17.204
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	6.757	2.739	-	7.017	3.006	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	90	-	-	280	-	-
Remonte da mina		-	-	-	2.505	2.263	2.045
Receitas antecipadas		181	451	721	482	770	1.228
Total do passivo não circulante		70.592	64.501	47.841	78.311	62.328	47.822
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	18	334.251	334.152	226.851	334.251	334.152	226.851
Reserva de capital		18.536	18.513	18.513	18.536	18.513	18.513
Ações em tesouraria		(174)	(174)	(2.906)	(174)	(2,906)	(174)
Reservas de lucros		59.863	38.301	23.240	59.863	38.301	23.240
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		412.476	390.792	265.698	412.476	390.792	265.698
Participação de acionistas minoritários		-	-	-	13	11	7
Total do patrimônio líquido		412.476	390.792	265.698	412.489	390.803	265.705
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		577.655	514.567	372.817	661.078	571.842	436.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto os valores por ação)

	Nota explicativa	Reserva de capital				Reservas de lucros			Atribuído a proprietários da controladora (Controladora BR GAAP)	Participação de acionistas minoritários	Total (Consolidado IFRS e BR GAAP)
		Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal	Retenção de lucros			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009	4	226.851	18.513	-	(2.906)	5.336	6.244	11.660	265.698	7	265.705
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	73.114	-	73.114
Aumento de capital social	18	107.400	-	-	-	-	-	-	107.400	-	107.400
Capital a integralizar	18	(99)	-	-	-	-	-	-	(99)	-	(99)
Cancelamento de ações próprias	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:											
Apropriação para reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,201 por ação em circulação	18	-	-	-	-	3.656	3.656	10.481	(17.793)	-	(15.118)
Dividendos - R\$ 0,522 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(40.203)	(1)	(40.204)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		334.152	18.513	-	(174)	6.260	9.900	22.141	390.792	11	390.803
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	102.084	1	102.085
Capital a integralizar	18	99	-	-	-	-	-	-	99	-	99
Constituição de reservas		-	-	23	-	-	-	-	23	-	23
Destinação do lucro líquido:											
Apropriação para reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,25 por ação em circulação	18	-	-	-	-	5.104	5.104	11.354	(21.562)	-	(22.367)
Dividendos - R\$ 0,65 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(58.155)	(1)	(58.154)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		334.251	18.513	23	(174)	11.364	15.004	33.495	412.476	13	412.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita operacional líquida	23	424.316	333.330	758.745	583.268
Custo dos produtos vendidos		(297.876)	(247.200)	(432.219)	(337.616)
Lucro BRUTO		126.440	86.130	326.526	245.652
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas		(41.932)	(32.650)	(88.403)	(66.942)
Despesas gerais e administrativas		(44.483)	(27.720)	(91.352)	(53.289)
Remuneração da Administração	11	(6.333)	(6.431)	(9.959)	(11.139)
Despesas financeiras	26	(5.023)	(5.051)	(22.676)	(19.236)
Receitas financeiras	26	14.478	6.734	32.400	18.364
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(7.228)	(7.696)	(13.152)	(8.775)
Resultado da equivalência patrimonial	10	76.711	61.482	-	-
Lucro ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		112.630	74.798	133.384	104.635
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	19	(8.923)	(2.147)	(43.736)	(33.841)
Diferidos	19	(1.622)	468	12.436	2.320
Lucro LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		102.085	73.119	102.084	73.114
ATRIBUÍVEL À:					
Participação dos acionistas controladores		-	-	102.084	73.114
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	1	5
Lucro LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		102.085	73.119	102.085	73.119
Por ação básica - R\$	18	1,14	1,01	1,14	1,01
Por ação diluído - R\$	18	1,14	1,01	1,14	1,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
RECEITAS					
Vendas de produtos e mercadorias	23	574.610	444.814	991.302	743.393
Outras receitas		783	135	8.442	8.502
Receitas relativas à construção de ativos próprios		12.245	3.846	13.188	8.843
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(847)	(807)	(2.253)	(1.063)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		586.791	447.988	1.010.679	759.675
Custo dos produtos vendidos		(295.081)	(235.597)	(389.845)	(236.156)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(104.333)	(77.884)	(192.097)	(200.007)
Recuperação de valores ativos		(7.710)	(5.323)	(7.736)	(5.319)
Outras doações		(2.453)	(114)	(5.776)	(669)
Aumento de capital		(409.577)	(318.918)	(595.454)	(442.151)
Ágio na emissão de ações		-	-	-	-
Amortização de financiamentos		-	-	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		2.916	5.816	126.524	145.833
Mútuo com empresa ligada		(373)	4.556	-	-
Aumento de capital	18	99	107.301	99	107.301
Ágio na emissão de ações		23	-	23	-
Amortização de financiamentos		(4.455)	(2.619)	(134.089)	(153.637)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(71.397)	(55.345)	(71.397)	(55.345)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(73.187)	59.709	(78.850)	(44.152)
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(42.302)	54.456	(40.721)	49.194
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	57.403	2.947	80.472	31.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	15.101	57.403	39.751	80.472
Total		(42.302)	54.456	(40.721)	49.194
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		260.049	190.227	430.688	



www.eternit.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

3.1.1. Valor recuperável do ágio ("goodwill")

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não foram identificados indícios de redução do valor recuperável do ágio ("goodwill").

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
SAMA	16.558	16.558	16.558
Tégula	3.436	-	-
Total	19.994	16.558	16.558

3.1.2. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.12., o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais. O efeito dessa revisão, considerando que os ativos sejam mantidos até o fim de sua vida útil, corresponde a uma redução nas despesas de depreciação no exercício corrente e nos próximos três exercícios, nos seguintes valores:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2010	2011
2010	6.334	6.874
2011	6.874	6.334
2012	6.854	-
2013	6.660	-

3.1.3. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 29, o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

4.1. Efeitos da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas

4.1.1. Aplicação das IFRS

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado(IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas de acordo com as IFRS. A primeira adoção deu-se em 31 de dezembro de 2007 (o que incluiu o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2006), devido a Companhia ter suas ações listadas na BM&FBOVESPA em nível de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Considerando o exposto, não há efeitos da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 que exijam conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior).

No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, quando de sua adoção do IFRS, conforme descrito nas notas a seguir.

a) Isenção para combinação de negócios

A Companhia não possuía combinação de negócios na data de transição para as IFRS e para os CPCs (1º de janeiro de 2006).

b) Isenção para a apresentação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis como custo de aquisição

O Grupo optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído na data de transição, considerando que: (i) o ativo imobilizado do Grupo é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (ii) a indústria em que o Grupo opera é impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da Administração atualizações frequentes dos seus equipamentos e revisão dos valores recuperáveis; e (iii) as práticas contábeis adotadas no registro dos bens do ativo imobilizado eram consistentes com as emendas do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

c) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos (derivativos)

A Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos (derivativos) na data de transição para as IFRS.

d) Isenção relacionada ao reconhecimento de participações em controladas

As controladas da Companhia não possuíam demonstrações financeiras apresentadas em IFRS na data de transição; por essa razão, a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para todas as suas controladas.

e) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32/ CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e a IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais dos atuais instrumentos financeiros não foi efetuada na data de transição para as IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRS na data de sua contratação. A Companhia considerou as isenções obrigatórias na aplicação retrospectiva conforme segue:

a) Isenção para não reconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Companhia concluiu que não havia ativos e passivos financeiros não derivados que deveriam ser excluídos dos registros contábeis na data de transição para as IFRS.

b) Isenção para contabilização de operações de "hedge"

A Companhia não possuía nenhuma transação classificada como "hedge" para fins de IFRS, na data de transição e, por essa razão, não existiam ajustes a serem contabilizados.

c) Isenção de estimativas

A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas registradas de acordo com o BR GAAP anterior, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com as IFRS na data de transição.

d) Isenção de ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas

A Companhia não teve nenhum ativo classificado como disponível para venda.

4.1.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial consolidado (BR GAAP):

Item (*)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)						
	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
	Efeito da adoção dos novos CPCs		BRGAAP reapresentado	Efeito da adoção dos novos CPCs		BRGAAP reapresentado	
	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP reapresentado	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	31.278	-	31.278	80.762	-	80.762	
Investimentos temporários	-	-	-	65.400	-	65.400	
Contas a receber de clientes	106.626	-	106.626	108.886	-	108.886	
Estoque	59.275	-	59.275	61.016	-	61.016	
Impostos a recuperar	3.676	-	3.676	4.809	-	4.809	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.404	(7.404)	-	7.750	(7.750)	-	
Demas contas a receber	7.549	-	7.549	7.077	-	7.077	
Total do ativo circulante	215.808	(7.404)	208.404	335.700	(7.750)	327.950	
Não circulante							
Depósitos judiciais e incentivos fiscais	6.020	3.006	9.026	6.822	5.318	12.140	
Impostos a recuperar	21.393	-	21.393	21.334	-	21.334	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.324	7.521	34.845	29.299	7.898	37.197	
Precatórios a receber	1.655	-	1.655	1.010	-	1.010	
Demas contas a receber	2.123	-	2.123	3.664	-	3.664	
Outros investimentos	244	-	244	246	-	246	
Imobilizado	139.828	1.119	140.947	149.315	1.020	150.335	
Ágio	e	16.558	16.558	-	16.558	16.558	
Outros ativos intangíveis	f	1.243	(36)	1.207	1.444	(36)	1.408
Total do ativo não circulante	199.830	28.168	227.998	213.314	30.758	243.892	
Total do ativo	415.638	20.764	436.402	549.014	23.008	571.842	
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	24.038	-	24.038	20.805	-	20.805	
Emprestimos e financiamentos	38.144	-	38.144	30.467	-	30.467	
Salários, provísbios e encargos	17.622	-	17.622	20.566	-	20.566	
Impostos, taxas e contribuições a receber	15.377	-	15.377	18.785	-	18.785	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.137	-	18.137	18.118	-	18.118	
Provisão para benefícios futuros a empregados	2.718	-	2.718	2.893	-	2.893	
Provisão para contingências Demais contas a pagar	6.414	-	6.414	7.077	-	7.077	
Total do passivo circulante	122.875	-	122.875	118.711	-	118.711	
Não circulante							
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	26.844	-	26.844	26.556	-	26.556	
Financiamentos	501	-	501	1.233	-	1.233	
Provisão para contingências Demais contas a pagar	14.198	3.006	17.204	23.181	5.319	28.500	
Total do passivo não circulante	41.543	3.006	44.549	29.070	5.319	32.325	
Total do passivo	164.418	3.006	167.424	147.781	5.319	151.036	
Patrimônio Líquido							
Capital social	226.851	-	226.851	334.152	-	334.152	
Reserva de capital	1.955	16.558	18.513	1.955	16.558	18.513	
Ações em tesouraria	(2.906)	-	(2.906)	(174)	-	(174)	
Reservas de lucros	22.040	1.200	23.240	37.168	1.132	38.300	
Patrimônio líquido atribuído a proprietários da controladora	247.940	17.758	265.698	373.102	17.690	390.792	
Participação de minoritários	7	-	7	12	(1)	11	
Total do patrimônio líquido	247.947	17.758	265.705	373.114	17.689	390.803	
Total do passivo e patrimônio líquido	415.638	20.764	436.402	548.834	23.008	571.842	

Conciliação do patrimônio líquido:

Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)		Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	BR GAAP anterior	BRGAAP reapresentado	BR GAAP anterior	BRGAAP reapresentado
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP anterior	247.940	-	247.940	373.102
Reversão da amortização do ágio - ("goodwill") da controlada SAMA, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	-	-	-	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado pelo CPC 42	-	-	-	1.422
Depreciação da correção monetária complementar - CPC 27 e CPC 23	-	-	(303)	(402)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 38	-	-	(133)	(133)
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - CPC 4 e CPC 23	-	-	97	97
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	-	-	117	148
Total dos ajustes no patrimônio líquido	17.758	17.758	17.758	17.690
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP	265.698	390.792	265.698	390.792

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado consolidada:

Item (*)	Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
Receita operacional líquida	583.268	-	583.268
Custo dos produtos vendidos	(337.616)	-	(337.616)
Lucro bruto	245.652	-	245.652
Despesas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	(66.942)	-	(66.942)
Despesas gerais e administrativas	(53.289)	-	(53.289)
Remuneração da Administração	(11.139)	-	(11.139)
Despesas financeiras	(19.236)	-	(19.236)
Despesas operacionais, líquidas	(18.364)	-	(18.364)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	104.704	(69)	104.635
Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.512)	(9)	(31.521)
Lucro Líquido do Exercício	73.192	(78)	73.114
Atribuído			
Participação dos acionistas controladores	73.192	-	73.114
Participação dos acionistas não controladores	(5)	10	5
Total	73.187	(68)	73.119

Conciliação do resultado consolidado:

Item (*)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
Receita operacional líquida	333.330	-	333.330
Custo dos produtos vendidos	(247.200)	-	(247.200)
Lucro bruto	86.130	-	86.130
Despesas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	(32.650)	-	(32.650)
Despesas gerais e administrativas	(27.720)	-	(27.720)
Remuneração da Administração	(6.431)	-	(6.431)
Resultado financeiro, líquido	1.683	-	1.683
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.691)	(5)	(7.696)
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	61.547	(65)	61.482
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	74.868	(70)	74.798
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.681)	2	(1.679)
Lucro Líquido do Exercício	73.187	(68)	73.119

De acordo com o BR GAAP anterior Depreciação complementar devido à correção complementar - CPCs 42, 27 e 23 IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32 Total dos ajustes ao resultado De acordo com o BR GAAP

Nota as reconciliações A adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (R1) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

Descrição dos ajustes e reclassificações na conversão do BR GAAP anterior para o BR GAAP atual - Consolidado

	01/01/09	31/12/09
a) Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante	(7.404)	(7.750)
b) Depósitos judiciais e incentivos fiscais, inicialmente classificados como reductor de contingências passivas, transferido para depósitos judiciais no ativo não circulante	3.006	4.408
c) Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante	7.404	7.750
d) Depreciação de ativo fiscal diferido sobre efeitos das IFRS no resultado	117	148
e) Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	1.422	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(303)	(402)
f) Reversão da amortização do ágio - ("goodwill") da controlada SAMA, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - IFRS 3 e IAS 36	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	1.422	1.422
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	(133)	(133)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	(97)	(97)
Depreciação da correção monetária complementar	(303)	(402)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	(133)	(133)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	97	97
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos das IFRS no resultado	117	148
	(222)	(290)

4.2. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais

4.2.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora (BR GAAP)), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (



Eternit S.A. Companhia Aberta - CNPJ nº 61.092.037/0001-81



www.eternit.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Table showing tax recovery details with columns for Circulante, ICMS, IRRF, CSLL, etc., and rows for 31/12/10, 31/12/09, and 01/01/09.

10. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Table showing investment details for various companies like SAMA, Engedis, Precon, etc., with columns for participation and capital.

Table showing summary information for subsidiaries with columns for location and main activity.

Table showing movement of investments in subsidiaries for 2009 and 2010, with columns for Wagner, SAMA, Precon, etc.

Table showing consolidated financial data for the group with columns for Wagner, SAMA, Precon, etc.

11. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

Table showing related party transactions with columns for Saldo, Ativo circulante, etc., and rows for SAMA, Precon, etc.

Table showing expenses with columns for Despesas, Salários e honorários, etc., and rows for 31/12/10, 31/12/09, and 01/01/09.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Table showing immovable and intangible assets with columns for Custos, Depreciação, etc., and rows for 31/12/10, 31/12/09, and 01/01/09.

Table showing detailed breakdown of fixed assets (Imobilizado) by category and date.

Table showing detailed breakdown of intangible assets (Intangível) by category and date.

Table showing detailed breakdown of intangible assets (Intangível) by category and date.

Table showing consolidated financial data for fixed assets (Imobilizado).

Table showing consolidated financial data for intangible assets (Intangível).

Table showing consolidated financial data for intangible assets (Intangível).

Table showing consolidated financial data for fixed assets (Imobilizado).

Table showing consolidated financial data for intangible assets (Intangível).

Table showing consolidated financial data for intangible assets (Intangível).

Table showing consolidated financial data for intangible assets (Intangível).

Table showing consolidated financial data for intangible assets (Intangível).

Table showing consolidated financial data for intangible assets (Intangível).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Fluxo de pagamento:						
2010	-	-	145	-	-	145
2011	-	-	441	-	-	441
2012	461	374	145	1.066	374	145
2013	323	238	66	928	238	66
2014	266	180	-	871	180	-
2015	21	-	-	626	-	-
Total	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501

(a) Empréstimos

Em março de 2009, a Companhia captou empréstimo para capital de giro junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 5.000, com encargos pós-fixados baseados no Certificado de Depósito Interbancário - CDI e acrescidos de juros anuais de 4,28%. Empréstimo foi liquidado em março de 2010.

(b) Financiamentos

Recursos obtidos pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, captados em dezembro de 2007, foram destinados para aquisição de máquinas e equipamentos, os quais estão garantindo a dívida, com taxa média ponderada anual de 7,4%, já incluída a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(c) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE

São recursos destinados a avançar o capital de giro da controlada SAMA, captados em dólares norte-americano a uma taxa cambial média de R\$ 1,68 e atualizados pela taxa de R\$ 1,6654 em 31 de dezembro de 2010. Taxa de câmbio - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo taxa de atualização, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

A Companhia é avaliada de parte das operações de ACE da controlada SAMA, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 19.419, representando 97,14% do saldo total em 31 de dezembro de 2010.

(d) Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC

São recursos destinados a avançar o capital de giro da controlada SAMA, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$ 1,627 e Taxa Interbancária de Londres - LIBOR média de 3,25% ao ano, sendo taxa de atualização, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

15. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)					
	01/01/09	Adições	Paga-mentos	31/12/09	Adições	Paga-mentos
13º salário	-	3.793	(3.793)	-	4.544	(4.544)
Férias	4.443	5.498	(5.064)	4.877	6.518	(5.579)
Participação nos Lucros (I)	-	8.662	(8.234)	3.196	21.272	(13.664)
Salários	-	34.823	(34.823)	-	36.252	(36.252)
FGTS	154	3.712	(3.598)	268	4.364	(4.179)
Salário educação	122	888	(876)	134	1.149	(8)
INSS	813	13.268	(13.137)	944	15.912	(16.477)
Previdência privada (II)	-	3.343	(3.338)	5	3.647	(2.736)
Contribuição sindical	-	221	(216)	5	196	(208)
Total	9.394	73.114	(73.079)	9.429	93.854	(83.645)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	01/01/09	Adições	Paga-mentos	31/12/09	Adições	Paga-mentos
13º salário	-	6.379	(6.379)	-	9.068	(9.068)
Férias	7.207	9.325	(8.434)	8.098	12.046	(10.313)
Participação nos Lucros (I)	8.190	12.019	(10.455)	9.754	34.549	(24.377)
Salários	-	50.626	(50.626)	-	63.145	(63.145)
FGTS	354	6.198	(6.060)	492	7.668	(7.330)
Salário educação	160	1.512	(1.492)	180	1.849	(684)
INSS	1.432	21.950	(21.709)	1.673	29.302	(29.345)
Previdência privada (II)	272	3.753	(3.693)	332	6.393	(5.434)
Contribuição sindical	-	730	(730)	37	401	(410)
Total	17.622	112.092	(109.148)	20.566	164.421	(150.146)

(i) Participação nos lucros

O Grupo adota o programa de participação nos lucros para os empregados. O acordo é homologado pelo Sindicato. O valor está registrado como despesa administrativa na rubrica "Participação nos lucros".

(ii) Previdência privada

O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado PGBL com característica de contribuição definida.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:						
Tributos sobre os lucros:						
IRPJ	628	2	-	11.493	4.015	2.499
CSLL	227	-	-	2.405	342	766
Demais tributos:						
ICMS	4.082	3.156	2.369	7.335	6.956	6.214
IRF	2.026	1.594	1.054	2.223	1.776	1.237
COFINS	1.630	1.344	980	3.404	2.613	1.819
PIS	351	292	213	736	567	395
IRRF	288	780	653	967	1.306	1.104
CFEM	-	-	-	1.097	997	998
Outros	125	70	277	277	212	344
Total	9.357	7.237	5.546	29.937	18.785	15.377
Não circulante:						
ICIAS (*)	6.757	2.739	-	7.017	2.739	-
IRPJ	-	-	-	-	267	-
Total	6.757	2.739	-	7.017	3.006	-

(*) ICMS originado pelos Incentivos Fiscais - PRODUTRIZ na controladora e FOMENTAR na controlada Precon.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial para data base de 31 de dezembro de 2010 preparado por empresa especializada independente, com parecer emitido em 21 de fevereiro de 2011, contabilizaram uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto	10,73% a.a.	11,29% a.a.	10,25% a.a.
Crescimento das despesas com saúde	8,5% a.a.	8,5% a.a.	8,50% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83	GAM83

b) Avaliação atuarial

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Número de participantes	339	351	365	559	568	584
Valor presente das obrigações no início do período	21.343	21.285	19.444	31.063	31.464	28.492
Juros sobre a obrigação atuarial (Ganhos) perdas atuariais	2.249	2.082	1.909	3.181	3.061	2.781
Gastos realizados no período	(2.218)	(2.024)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
Valor presente das obrigações no fim do período	21.374	20.941	21.285	30.800	29.789	31.464

c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	1.375	(402)	(804)	4.038	(1.274)	(1.963)
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(2.137)	(2.094)	(2.128)	(3.080)	(3.462)	(3.146)
Perdas atuariais reconhecidas a partir de 2011	-	-	-	958	-	-
Serviço médico futuro esperado (em anos)	16,42	17,42	18,60	16,42	17,42	18,60

d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo contábil no início do período	20.716	20.561	20.297	29.449	29.562	29.501
Gastos realizados no período	(2.218)	(2.024)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
Complemento da provisão	2.433	2.179	1.990	3.400	3.349	2.842
Total	20.931	20.716	20.561	29.405	29.449	29.562
Circulante	1.645	1.645	1.845	2.835	2.893	2.718
Não circulante	19.286	19.071	18.716	26.570	26.556	26.844
Total	20.931	20.716	20.561	29.405	29.449	29.562

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 226.051 para R\$ 334.251, mediante subscrição privada, no montante de R\$ 107.400, por meio de emissão de 17.900.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 6,00. Tal aumento de capital foi homologado em Reunião do Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2010.

Até 21 de dezembro de 2009, foram subscritas 17.890.492 ações no valor de R\$ 107.301 (totalizando R\$ 334.152); e as 9.508 ações remanescentes não subscritas, no montante de R\$ 99, foram liquidadas em 12 de janeiro de 2010.

Composição acionária:

	31/12/10		31/12/09	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	5.543	50.962.215	6.318	40.869.396
Pessoas jurídicas	90	1.961.772	95	1.615.788
Pessoas residentes no exterior	72	6.585.698	49	3.220.359
Clubes, fundos e fundações	205	29.960.949	153	25.865.091
Subtotal	5.910	89.470.634	6.615	71.570.634
Ações em tesouraria	-	29.366	-	29.366
Total	5.910	89.500.000	6.615	71.600.000

b) Reserva de retenção de lucros

Em atendimento à instrução normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2011.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2010, no montante de R\$ 11.354, totalizando em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 33.495 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

Orçamento de capital - aplicação de recursos

	2011 - Projeção
Investimento em ativo imobilizado	33.500
Projetos de novos investimentos	80.200
Total	113.700

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 5.104 (R\$ 3.656 em 31 de dezembro de 2009), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$ 5.104 (R\$ 3.656 em 31 de dezembro de 2009). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da Companhia, até atingir 10% do capital social.

e) Dividendos

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas. O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	12.347	0,138
RCA de 04/08/10	27/08/10	12.257	0,137
RCA de 21/10/10	16/11/10	12.347	0,138
RCA de 02/03/11	25/03/11	21.204	0,237
Total		58.156	0,650

f) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente. Os juros sobre o capital próprio pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	5.548	0,062
RCA de 04/08/10	27/08/10	5.636	0,063
RCA de 21/10/10	16/11/10	5.547	0,062
RCA de 02/03/11	25/03/11	5.637	0,063
Total		22.368	0,250

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	102.085	73.119
(-) Reserva legal (5%)	(5.104)	(3.656)
(-) Reserva estatutária (5%)	(5.104)	(3.656)
Lucro a ser distribuído	91.877	65.807
Dividendos mínimos obrigatórios	22.969	16.452
Dividendos pagos antecipadamente	36.952	25.980
Dividendos propostos	21.204	14.226
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$ 14.221, liquidados do imposto de renda retido)	16.731	11.452
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 4.791, liquidados do imposto de renda retido)	5.637	3.668
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	80.524	55.326
Percentual sobre a base de cálculo	87,64%	84,07%

g) Ações em tesouraria



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos	(2.850)	(6.595)	(11.051)	(10.873)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(2.249)	(2.083)	(3.181)	(3.062)
Recuperação ambiental	-	-	(949)	-
Provisão para perdas diversas	(1.791)	-	(1.791)	-
Impostos sobre outras vendas	(579)	(253)	(1.236)	(1.257)
Garantia de qualidade	(142)	(231)	(276)	(350)
Substituição de produto avariado	(521)	(194)	(529)	(213)
Gastos com indenizações trabalhistas e civis	(1.116)	(800)	(1.487)	(1.026)
Custo da baixa do imobilizado	(434)	(226)	(628)	(1.198)
Outras	526	(1.120)	(1.392)	(1.265)
Total	(9.156)	(11.502)	(22.580)	(19.244)
	(7.228)	(7.696)	(13.152)	(8.775)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(97)	(473)	(122)	(488)
Juros sobre mútuo	(2.216)	(1.957)	-	-
Juros passivos	(670)	(509)	(1.655)	(2.949)
Despesas bancárias	(529)	(682)	(760)	(883)
Descontos concedidos	(329)	(196)	(1.507)	(837)
IQF	(235)	(462)	(492)	(549)
PIF e COFINIS - juros sobre capital próprio	(716)	(545)	(827)	(545)
Variações cambiais passivas	(174)	(163)	(16.986)	(12.957)
Outras	(57)	(64)	(327)	(28)
Total	(5.023)	(5.051)	(22.676)	(19.236)
Recargas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.012	5.223	8.909	2.768
Descontos obtidos	3.390	1.750	53	4
Juros ativos	2.234	2.243	5.668	5.240
Variações monetárias ativas	978	889	1.127	1.070
Variações cambiais ativas	864	329	16.547	9.187
Outras	-	-	96	95
Total	14.478	6.734	32.400	18.364
Recargas (despesas) financeiras, líquidas	9.455	1.683	9.724	(872)

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Adoção da IFRS 8 e CPC 22 - Segmentos Operacionais
O Grupo adotou a IFRS 8 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 22 - Segmentos Operacionais), com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. A IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo regularmente revisados pelo Presidente (principal tomador de decisões operacionais), a fim de alocar recursos para os segmentos e para avaliar o seu desempenho. Como resultado, após a adoção da IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22, a identificação dos segmentos reportáveis do grupo mudou.

b) Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas
Em anos anteriores, a informação por segmentos divulgada foi analisada com base em dois segmentos (fibrocimento e minério crisotila). No entanto, as informações comunicadas ao Presidente do Grupo, para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho do segmento estão especificamente orientadas para as áreas geográficas (fibrocimento) e os mercados locais e estrangeiros (asbesto de crisotila). Os segmentos reportáveis do Grupo de acordo com a IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 são os seguintes:

Descrição	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Área Geográfica	
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste	
Minério Crisotila	Mercados local e estrangeiro	
Telhas de concreto	Mercado Local	
Outras	Mercado Local	

- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água, painéis moldados, divisórias e painéis planos;
- Minério crisotila: inclui a exploração e venda de Minério Crisotila.
- Outras: inclui a fabricação e venda de componentes para sistemas construtivos, caixas d'água de polietileno para o mercado local; e venda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar, acessórios e telhas metálicas.

c) Receitas e resultados dos segmentos reportáveis

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro líquido	Lucro antes dos impostos
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento				
de fio sintético				
Sudeste	95.844	85.009	26.021	21.966
Sul	107.614	85.945	32.031	22.207
Centro-Oeste	156.699	124.897	50.770	32.858
Norte e Nordeste	68.896	57.502	20.530	14.858
Exportação	51	189	50	189
Minério crisotila	429.104	353.542	129.402	92.078
Mercado interno	109.537	82.667	80.633	79.950
Mercado externo	111.268	130.219	81.809	69.273
Telhas de concreto	220.805	212.806	162.542	149.223
Outras	57.963	189	18.724	831
Recarga líquida	758.745	583.268	326.526	245.642
Lucro bruto	193.142	111.007	133.384	104.632
Despesas e receitas não alocadas:				
Lucro antes dos impostos				
Vendas entre partes relacionadas:				
Durante o ano o segmento de minério crisotila vendeu R\$ 79.987 para segmento de fibrocimento e cimento de fio sintético (R\$ 59.411 em 2009).				
Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).				

(*) Painéis Wall, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias e filtros.

d) Ativos e passivos dos segmentos reportáveis

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Ativos	Passivos		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento				
de fio sintético				
Sudeste	38.698	28.684	8.119	2.319
Sul	89.720	80.926	4.620	4.086
Centro-Oeste	64.828	55.123	8.586	6.262
Norte e Nordeste	32.450	19.107	1.648	1.029
Minério crisotila	225.696	183.840	22.973	13.696
Mercado interno	110.499	102.166	10.123	6.379
Mercado externo	43.395	-	3.949	-
Telhas de concreto	54.115	30.577	2.776	567
Outras	227.373	255.259	208.526	160.396
Outras contas do balanço	661.078	571.842	248.347	181.040

(*) Painéis Wall, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias e filtros.

e) Outras informações dos segmentos reportáveis

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Depreciação, amortização e exaustão	Adições no imobilizado e intangível		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento				
de fio sintético				
Sudeste	2.017	2.862	1.021	1.216
Sul	3.657	3.941	10.767	13.389
Centro-Oeste	1.689	2.474	2.688	1.788
Norte e Nordeste	1.153	1.368	15.116	21.210
Minério crisotila	8.516	10.645	29.582	17.210
Mercado interno	5.400	6.061	12.428	8.613
Mercado externo	5.400	6.061	15.544	8.613
Telhas de concreto	2.673	-	15.447	-
Outras	1.565	1.285	2.438	2.947
Total	18.154	17.991	60.002	28.769

28. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros mantidos pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	429.003

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

O Grupo contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratos de aplicações financeiras, financiamentos e contratos de câmbio. A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas elige as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

Empréstimos e financiamentos

As operações estão registradas de acordo com os contratos celebrados e as respectivas taxas de juros usuais de mercado, conforme nota explicativa nº 14. Na sua totalidade os financiamentos são denominados em moeda nacional e são corrigidos pelo CDI pós-fixado.

Contratos de câmbio

A controlada SAMA realiza operações de contratos de câmbio visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados para o mercado externo.

Riscos de taxa de juros

O Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas.

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

b) Exposição cambial

Em 31 de dezembro de 2010, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, predominantemente indexados ao dólar norte-americano, e relacionados à controlada SAMA, são conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Cotação em 31/12/10 (US\$ 1,00 = R\$)
	31/12/10	31/12/09	
Clientes no mercado externo (i)	38.074	40.204	1,666
Fornecedores no mercado externo	(8.299)	(56)	1,666
ACE (ii)	(19.419)	(28.656)	1,666
Comissões no exterior	(111)	(66)	1,666
Fretes internacionais	(477)	(775)	1,666
Total da exposição cambial	9.768	10.651	

(i) Valores a receber de clientes no exterior pela venda de minério crisotila.

(ii) A controlada SAMA tem como prática descontar os contratos de exportação sempre que a cotação do dólar norte-americano se mostra favorável para esse tipo de operação, minimizando riscos de perdas com a variação cambial.

c) Exposição à taxa de juros

As exposições ativas (passivas) da Companhia e de suas controladas à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativo:				
Aplicações financeiras (i)	54.232	121.804	77.294	138.945
Passivo:				
ACE (ii)	-	(3.044)	(19.419)	(28.656)
Empréstimos e financiamentos (iii)	(1.512)	(4.515)	(3.044)	(3.044)
Total da exposição à taxa de juros	(52.720)	(118.760)	(53.360)	(107.245)

(i) Está representada por fundos de renda fixa e CDB, com remuneração média de 103% e 109% respectivamente do CDI (vide notas explicativas nº 5 e 6).

(ii) O deságio aplicado pelo desconto dos recebíveis corresponde à PRIME com variação média de 3,25% ao ano (vide nota explicativa nº 14).

(iii) Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJP, com taxas médias ponderadas variando de 7,4% a 10% ao ano (vide nota explicativa nº 14).

Os empréstimos captados por conta garantida estão atrelados à variação do CDI e 0,3% ao mês.

d) Valor de mercado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros, no caso de aplicações financeiras, empréstimos e ACE, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares.

e) Análise de sensibilidade

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1,666 por US\$ 1,00), foram estimados quais seriam os ajustes do contas a receber, ACE, comissões e fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2010.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a controlada SAMA incorrerá nos seguintes resultados com seus impactos nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia.

Cenários	Variação - %	Valorização - R\$	Desvalorização - R\$	Ganhos ou perdas - R\$
Provável	2	1.699	1.6334	361
Possível	25	2.0834	1.250	4.517
Remoto	50	2.499	0.8334	9.034

f) Risco de crédito

As vendas do Grupo são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia e de suas controladas considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras sediadas no Brasil.

30. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS

a) Ambiente

A Indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89 são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada SAMA, segue o PRAD, devidamente homologado e com cronograma para "remonte do site", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a SAMA está apta para extrair e processar o minério crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do minério crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocada em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício social, a SAMA registra a obrigação com a recuperação ambiental, na mesma proporção da extração do minério, de acordo com o seu valor justo conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto: 9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo: 4,5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados:

Ano	2010	2009
2042	905	818
2043	803	726
2044	429	388
2045 a 2049	368	331
Total	2.505	2.263

Considerando o acordo celebrado com o PRAD a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2010 foi de R\$ 242 (R\$ 175 em 2009), calculado com base na produção atual de minério crisotila.

b) Recursos Minerais (não auditado)

Segue a abertura dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada SAMA:

Ano	31/12/10	31/12/09
Recursos minerais	9.073.532 t	9.375.789 t
Produção anual	302.257 t	288.452 t
Vida útil estimada da mina (*)	31,5 anos	32,5 anos

(*) A diminuição da vida útil estimada



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2010

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da ETERNIT S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

O ano de 2010 pode ser considerado um marco na história da Eternit, mensurado tanto pelo forte desempenho operacional e financeiro com recordes em seus resultados, quanto pela posição que passa a ocupar na indústria de materiais de construção. Os investimentos realizados durante o ano de 2010, como aquisição da Tégula, inauguração de mais uma linha de produção de fibrocimento na unidade de Simões Filho/BA, início da construção da nova linha de mármore sintético e manutenção do parque industrial, trouxeram novos parâmetros para a Companhia, com aumento da capacidade produtiva e a consolidação da Eternit como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país.

A recuperação da economia brasileira, sustentada pela retomada dos investimentos e crescimento da demanda doméstica, encerrou o ano de 2010 com um crescimento de 7,5% no PIB, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Dentre os setores com maior expansão, está o setor de construção civil, cujo crescimento foi de 11,6%, fruto do crescimento da demanda interna, amparada na expansão de crédito, na geração de emprego e no aumento da massa salarial.

Seguindo seu Programa Estruturado de Expansão e Diversificação, a Companhia registrou, no exercício de 2010, crescimento de 33,3% na receita bruta consolidada. De acordo com o programa, cuja meta - traçada ao final de 2007 - era de elevar o faturamento bruto da Companhia para R\$ 1 bilhão até o final de 2011. Este crescimento permitiu à Eternit antecipar em 1 ano sua meta, graças à demanda interna bastante aquecida e dos investimentos realizados no decorrer dos últimos anos. O lucro líquido consolidado da Companhia atingiu recorde de R\$ 102,1 milhões, um aumento de 39,6% em relação ao ano anterior.

O desempenho operacional da Eternit também é indicativo de sua solidez no mercado de construção. Em 2010, a Companhia operou em plena capacidade na mineração do minério crisotila e acima de 90% no fibrocimento, considerando a nova linha de produção na unidade de Simões Filho/BA que entrou em operação no 4T10. Esta nova linha elevou a capacidade anual de produção de fibrocimento de 850 mil toneladas para cerca de 1 milhão de toneladas, em conformidade com a estratégia de expansão da Companhia. Os resultados da Eternit, no exercício de 2010, passaram a consolidar os dados operacionais e financeiros da Tégula, adquirida em 11 de fevereiro de 2010, que atua e é líder no segmento de coberturas de concreto com capacidade de produção anual de 7,2 milhões de metros quadrados de telhas; durante este período a utilização da capacidade da Tégula foi acima de 80%.

No ano de 2010, o volume de vendas de produtos acabados atingiu patamar histórico de 826,9 mil toneladas e 306,3 mil toneladas de minério crisotila. O volume vendido de telhas de concreto foi de 4,8 milhões de metros quadrados.

A busca contínua de excelência em gestão da Companhia não se resume a apenas indicadores econômico-financeiros. A Eternit entende que devam ser contempladas em sua estratégia as três dimensões da sustentabilidade - econômico-financeira, ambiental e social. Nesse sentido, a Companhia mantém o programa Portas Abertas que já recebeu mais de 42 mil visitas em seis anos de existência; é signatária do Pacto Global da ONU desde 2007; possui a certificação OHSAS 18.001 de saúde e segurança no trabalho, ISO 14.001 de gestão ambiental e ISO 9.001 de gestão qualidade em todas as suas unidades; além de promover pequenas e médias ações próprias e de apoio a terceiros na questão social. Por fim, reforçando seu comprometimento com a transparência e equidade no relacionamento com investidores, a Eternit tem suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa - o que representa o mais alto nível de Governança Corporativa da bolsa - e adota a Assembleia na Web, uma plataforma de votação eletrônica, através de procuração, que facilita a participação dos acionistas nas assembleias (www.assembleianaweb.com).

A Administração da Eternit entende que o ano de 2011 será um ano de consolidação e ocupação das capacidades dos investimentos já realizados. Novos investimentos orgânicos não deverão entrar em operação neste ano, salvo eventual aquisição que possa ocorrer e o investimento (orgânico diversificado) realizado na linha de produção de mármore sintético, com participação inicial pouco significativa em um negócio promissor no segmento de moradias econômicas. Dessa forma, o crescimento da Companhia, em 2011, estará em linha com o setor de construção civil. Em fevereiro de 2011 adquirimos um terreno de 400 mil m² no Porto do Pecém, que vai receber uma fábrica multiprodutos da Eternit, ou seja, no médio e longo prazo, além de produtos que estão em nosso portfólio, essa fábrica estará apta a produzir novos produtos que poderão fazer parte deste portfólio.

O momento atual da Eternit é de planejar os próximos cinco anos da Companhia, utilizando-se da plataforma criada até agora para os próximos 70 anos da Eternit, com investimentos continuados na expansão e diversificação da Companhia e possíveis novas aquisições para ampliar sua capacidade de crescimento.

A Eternit está confiante no crescimento da economia brasileira e, sobretudo, do setor de construção civil, na qual está inserida. Com uma estrutura de capital adequada, baixo endividamento e investimentos consistentes com seu plano de expansão e diversificação, a Companhia está bem posicionada para maximizar as oportunidades do setor. Em 2010, a Eternit consolidou-se como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país. A partir deste momento, a meta é tornar-se a maior e mais diversificada indústria de materiais de construção do país, sempre com rigor financeiro, alto nível de Governança Corporativa, além de manter a sua tradicional política de dividendos, uma das principais características da Eternit.

MERCADO E DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2010, o faturamento total das vendas de materiais de construção registrou crescimento de 12,1%, recuperando o patamar alcançado em 2008, antes da crise financeira internacional, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). As vendas de materiais de acabamento cresceram 15,2%, superando o volume atingido pelos materiais básicos de construção que registraram aumento de 10,6% em relação a 2009. As perspectivas positivas para o setor são reforçadas ainda pela prorrogação da isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) até dezembro de 2011, sinalizando o incentivo do Governo ao setor.

Outro fator preponderante para o bom desempenho da indústria de construção foi a expansão do crédito imobiliário. A previsão da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP) indicou que, em 2010, os financiamentos imobiliários com recursos da caderneta de poupança totalizaram cerca de R\$ 53 bilhões, representando um crescimento de 55,8% em relação a 2009, com 450 mil unidades financiadas.

Esses indicadores e o cenário macroeconômico reforçam o bom momento da construção civil que deverá ser favorecida pela continuidade das obras governamentais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (MCMV), da expansão de crédito imobiliário, além de investimentos para viabilização dos megaeventos esportivos - Copa de 2014 e Olimpíadas 2016 - e das obras complementares por eles demandadas. Esses indicadores reforçam o bom momento do mercado de construção civil, no qual a Eternit está inserida, além de indicar boas perspectivas para os próximos anos.

Os indicadores macroeconômicos aliados ao acerto na estratégia da Empresa de aumentar sua capacidade de produção e diversificar seu portfólio de produtos possibilitaram a maximização dos resultados do Grupo Eternit, fazendo o ano de 2010 o melhor ano da história da Companhia.

VOLUME VENDIDO

Minério Crisotila

Em 2010, a Companhia vendeu 306,3 mil toneladas de minério crisotila, um crescimento de 5,3% em relação ao ano de 2009. Cabe lembrar que a capacidade de produção de minério crisotila é de 300 mil toneladas ao ano, o que significa dizer que no ano de 2010 toda a produção do período foi vendida além das vendas de parte do estoque, cuja formação se deu em períodos anteriores. As vendas para o mercado interno atingiram 163,6 mil toneladas, representando um crescimento de 20,7% na comparação entre os anos de 2010 e 2009. Enquanto isso, as vendas para o mercado externo apresentaram um volume de 142,7 mil toneladas, ou seja, uma retração de 8,2%, face à estratégia de priorizar o mercado interno, por ser mais rentável, e exportar o excedente de produção.

Fibrocimento

No ano de 2010, em função da maior oferta de crédito, a recuperação do poder aquisitivo, a geração de emprego e o cenário positivo do setor de construção civil, o crescimento no volume de vendas de fibrocimento foi de 13,2%, atingindo 826,9 mil toneladas, com contribuição principalmente do desempenho apresentado no 1T10 e no 4T10. A Eternit encerrou o ano com market share de 31% no mercado de fibrocimento, participação superior aos 30% registrados em 2009.

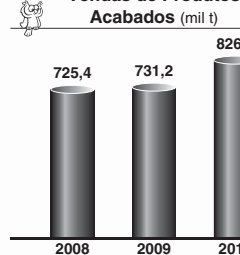
Telhas de Concreto

No período acumulado de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010, o volume vendido de telhas de concreto totalizou 4,8 milhões de metros quadrados. Cabe lembrar que a Tégula dispõe de um portfólio com mais de 33 linhas de produtos, sendo as telhas de concreto a linha de maior representatividade.

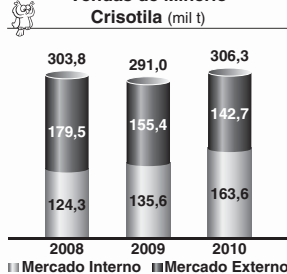
Outros Produtos

Os volumes vendidos de outros produtos (caixas de polietileno, telhas metálicas, louças, assentos sanitários e filtros para tubulações de água) continuam em expansão. Já representam 3,4% da receita líquida consolidada anual.

Vendas de Produtos Acabados (mil t)



Vendas de Minério Crisotila (mil t)

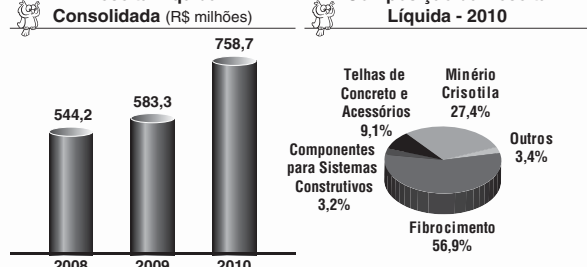


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

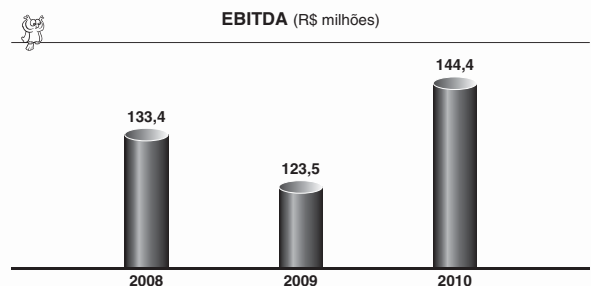
A Eternit apresentou novo recorde em sua receita líquida no ano de 2010, que foi de R\$ 758,7 milhões, representando um crescimento de 30,1% em relação ao ano de 2009. Esse resultado é decorrente do reajuste de preços em todas as linhas de produtos e aumento do volume vendido, em especial no mercado interno, que cresceu 42,9% e somou R\$ 647,5 milhões. Como destaque, pode-se considerar as vendas de telhas de fibrocimento, que totalizaram R\$ 427,7 milhões, um crescimento de 20,9% em relação ao ano de 2009, as vendas do minério crisotila, que somaram R\$ 220,8 milhões, 4,8% superior ao registrado em 2009, além da consolidação da Tégula, que contribuiu com R\$ 67,9 milhões no período de 11/02/10 a 31/12/10.

Composição da Receita Líquida - 2010



EBIT e EBITDA

No ano de 2010, o aumento do custo dos produtos vendidos de 28,0% foi menor em relação ao aumento da receita líquida consolidada de 2010 (30,1%). Em relação às despesas operacionais, houve crescimento de 44,7% em relação ao ano de 2009, derivado de ações de marketing para promoção dos novos produtos, da participação da Eternit no quadro "Construindo um Sonho" veiculado no programa Domingo Legal, do canal SBT, dos gastos com a defesa do minério crisotila, do aumento no quadro de colaboradores para suportar o crescimento da Companhia e da incorporação das despesas operacionais da Tégula a partir de 11 de fevereiro de 2010, contribuindo com R\$ 17,4 milhões. Com isso, o EBIT totalizou R\$ 123,7 milhões em 2010, 17,2% superior ao ano de 2009, com uma retração da margem EBIT da Companhia de 18% em 2009 para 16% em 2010. No período acumulado de 2010, a Eternit registrou R\$ 144,4 milhões de EBITDA, 16,9% superior ao registrado em 2009, com margem EBITDA de 19%.



Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)

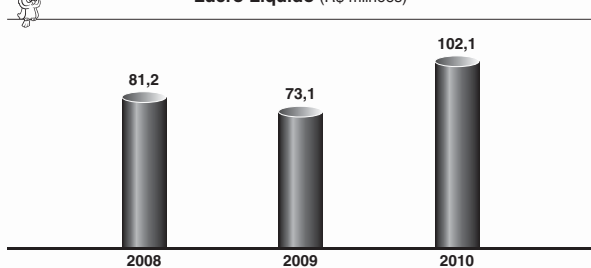
	2010	2009	2008
Lucro operacional	133.384	104.635	117.131
Resultado financeiro líquido	(9.274)	872	(1.939)
Despesas financeiras	22.676	19.236	6.511
Receitas financeiras	(32.400)	(18.364)	(8.450)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Depreciação e amortização sobre imobilizado e intangível	18.154	17.991	18.177
Amortização do ágio sobre investimentos	2.539	-	-
EBITDA	144.353	123.498	133.369

LUCRO LÍQUIDO

Apesar dos fatores mencionados anteriormente como a expansão no custo dos produtos vendidos e nas despesas operacionais, em 2010 o lucro líquido atingiu R\$ 102,1 milhões, 39,6% acima ao valor registrado no mesmo período de 2009 e uma margem líquida estável em 13%.

Do lucro líquido do exercício, R\$ 21,6 milhões foram destinados para Reservas Legal, Estatutária e de Lucros R\$ 80,5 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



ENDIVIDAMENTO

No final de 2010, a Eternit apresentou uma posição financeira confortável, com caixa líquido de R\$ 56,7 milhões. A dívida bruta da Eternit e suas controladas somavam R\$ 23,9 milhões e as aplicações financeiras e disponibilidades totalizavam R\$ 80,6 milhões.

Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas.

INVESTIMENTOS

No ano de 2010, os investimentos somaram R\$ 92,8 milhões, sendo que R\$ 34,4 milhões são investimentos líquido de caixa referentes à aquisição da Tégula. Os R\$ 14,0 referem-se à nova linha de produção que entrou em operação na unidade de Simões Filho/BA, em outubro de 2010 e os R\$ 44,4 milhões referem-se, principalmente, a melhorias para aumentar a capacidade produtiva, aquisição de moldes, investimentos em novos negócios, início da construção da nova linha de mármore sintético e manutenção do parque industrial da Companhia.

Em linha com as iniciativas de diversificação e crescimento, o foco dos investimentos da Companhia continua em produtividade, aumento de capacidade e aquisições.

VALOR ADICIONADO

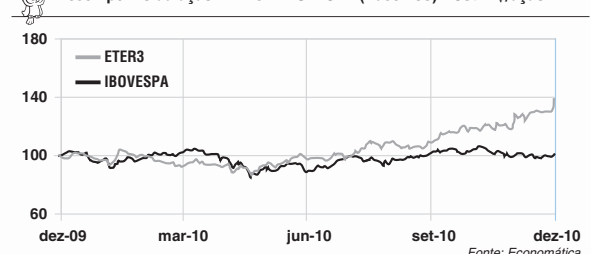
	2010	2009	2008
Valor Adicionado a Distribuir	430.688	322.778	321.881
Pessoal	150.208	105.644	86.613
Impostos, taxas e contribuições	151.060	116.937	112.030
Remuneração de Capitais de Terceiros	27.335	27.078	42.037
Remuneração de Capitais Próprios	102.085	73.119	81.201
Distribuição do Valor Adicionado	430.688	322.778	321.881

MERCADO DE CAPITAIS

A cotação de R\$ 12,00 das ações da Eternit (ETER3) no encerramento de 2010, resultou na valorização de 38,9% nos papéis da Eternit e de 1,0% do IBOVESPA no mesmo período. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado da Eternit ultrapassou a barreira de R\$ 1 bilhão, marco histórico na Companhia.

Ao analisar o comportamento das ações da Eternit considerando o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, verifica-se a valorização de 48,2% nas ações da Eternit no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010. No período de dezembro de 2006 a dezembro de 2010, a valorização foi de 196,1%.

Desempenho da ação ETER3 x IBOVESPA (Base 100) - Cot. R\$/ação





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2010

AUMENTO DE CAPITAL

Em 15 de janeiro de 2010, foi homologado o aumento de capital, por subscrição privada, no montante de R\$ 107.400.000,00, por meio da emissão de 17.900.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor escritural, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 29 de outubro de 2009. Desta forma, o valor do atual capital social da Companhia passa a ser de R\$ 334.251.231,40, representado por 89.500.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

FORMADOR DE MERCADO

O Conselho de Administração da Companhia decidiu pela não renovação do contrato de formador de mercado com a Ágora Sênior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., vencido no último dia 20 de agosto de 2010. Desta forma, pretende-se analisar o desempenho das ações da Eternit por um período de um ano sem a influência do formador de mercado.

ADR – AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS

Em 24 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Eternit aprovou o início de processo de adesão ao Programa de American Depositary Receipts – ADRs de Nível 1 (“Programa de ADRs Nível 1”). O Programa de ADRs Nível 1 possibilitará a negociação no mercado de balcão americano de títulos lastreados em ações ordinárias de emissão da Companhia.

Para esse fim, o Banco Bradesco S.A. será a instituição custodiante das ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil que lastrearão os respectivos certificados de ações (“ADRs”), e The Bank of New York Mellon será a instituição depositária nos Estados Unidos da América, responsável pela Emissão dos ADRs, à razão de uma ADR para cada uma ação ordinária da Companhia.

Após a autorização e aprovação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, a “SEC – Securities and Exchange Commission” aprovou e autorizou o início das negociações das ADRs da Eternit em 17 de maio de 2010.

O Programa de ADRs Nível 1 facilita o acesso dos investidores estrangeiros que desejam investir na Eternit, bem como aumentar a visibilidade da Companhia e dar liquidez a suas ações. A Companhia esclarece que o Programa de ADRs Nível 1 não representa aumento de capital, emissão de novas ações ou oferta pública de ações já existentes. Até esta data, ainda não houve negociação de ADRs da Eternit no mercado de balcão americano.

MUDANÇA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DE SUAS AÇÕES ESCRITURAS NO BRASIL

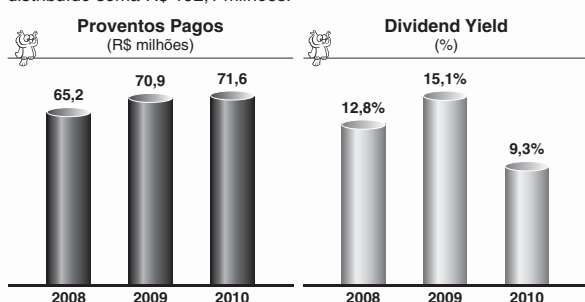
A Eternit informa que o Banco Itaú-Unibanco S.A. passou a ser a Instituição Financeira Depositária das ações escriturais de emissão da Companhia, em substituição ao Banco Bradesco S.A. Desde 01 de fevereiro de 2011, o atendimento aos acionistas é realizado nas agências Itaú-Unibanco distribuídas em todo o território nacional.

A Eternit comunica ainda que a presente mudança não afeta os American Depositary Receipts emitidos pela Companhia e negociados no mercado de balcão dos Estados Unidos da América, OTC - over-the-counter.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Mesmo com os investimentos realizados em 2010, a Eternit manteve sua tradicional política de dividendos. Esta política faz com que a Eternit seja uma das companhias de capital aberto listadas no mercado brasileiro com um dos melhores índices de retorno para seus acionistas.

Os proventos pagos pela Eternit em 2010 totalizam R\$ 71,6 milhões, que representa um dividend yield de 9,3%. Desde o ano de 2008, o montante distribuído soma R\$ 192,1 milhões.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Consciente do valor da transparência e da equidade no relacionamento com todas as partes interessadas (stakeholders), a Eternit tem suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Este é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção das práticas de Governança Corporativa adicionais às previstas na legislação.

Em linha com essas práticas de comunicação e transparência, a Eternit informa que em 31 de dezembro de 2010, seus diretores detinham 1,49% das ações da Companhia.

De acordo com o Guia das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as Companhias de capital aberto devem procurar facilitar a participação dos acionistas na assembleia, inclusive por meio de procuração, e pode fazer uso de tecnologias tais como assinatura eletrônica e certificação digital. Neste sentido, a Eternit implantou em 2010, a plataforma eletrônica da Assembleia na Web, com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas nas assembleias da Eternit através da outorga de procuração. A Eternit tem acionistas em todos os estados brasileiros, mais da metade fora do Estado de São Paulo, e nem sempre estes acionistas conseguem participar das assembleias. Dessa forma, a partir da próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), que ocorrerá no dia 13 de abril de 2011, os acionistas terão esta facilidade e poderão, através de procuração eletrônica, deliberar sobre as matérias em discussão das assembleias.

Para fazer o cadastro e solicitar o certificado digital, acesse www.eternit.com.br/ri ou www.assembleianaweb.com.br. Participe, esta é mais uma iniciativa da Eternit para o aperfeiçoamento de suas boas práticas de Governança Corporativa.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

PROGRAMA PORTAS ABERTAS

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do minério crisotila e da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades produtivas do Grupo – Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa já recebeu mais de 42 mil visitantes.

Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit.

POSICIONAMENTO SOBRE A QUESTÃO JURÍDICA DO MINÉRIO CRISOTILA

Lei do Estado de São Paulo

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do minério crisotila e dos produtos que o contenham é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95 – Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Portanto, a competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais.

Neste sentido, em passado recente, Leis contrárias ao amianto aprovadas e sancionadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo foram consideradas inconstitucionais pelo STF – Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também decidiu pela inconstitucionalidade de Lei de mesmo teor, que havia sido aprovada e sancionada pelo Estado, por invadir competência federal.

Em 2007, o Estado de São Paulo aprovou e sancionou a Lei nº 12.684 com a finalidade de proibir o uso de amianto e dos produtos que o contenham. Esta Lei está sendo questionada no STF pela CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.937/07.

No dia 04 de junho de 2008, a Companhia esclareceu que, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a **liminar** concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a Lei nº 12.684 do Estado de São Paulo. É importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, **a proibição ainda não se tornou definitiva**. No entanto, devemos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que até o presente momento não se manifestou.

Tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, o projeto de Lei nº 917/2009, que visa suspender os efeitos da atual Lei criando regras de transição para a sua aplicação. O projeto já recebeu emendas e está pronto para ser votado a qualquer momento.

Os entraves momentâneos à exportação do minério crisotila via Porto de Santos levou a Companhia a desenvolver novas alternativas para manter os seus embarques. A CODESP, Autoridade Portuária de Santos, estava impedida de realizar os embarques de minério crisotila, por recomendação do Ministério Público do Trabalho de Guarujá.

Em 21 de julho de 2010, o juiz federal, da 4ª Vara Federal da cidade de Santos/SP, decretou em sua sentença que a autoridade portuária não pode negar a validade da Lei federal em pleno vigor e considerou abusiva a ordem proibitiva da CODESP. Portanto, as exportações do minério crisotila através do Porto de Santos, como também o seu trânsito no Estado de São Paulo com esta finalidade estão liberados. No entanto, houve recurso por parte do Ministério Público Federal distribuído em fevereiro de 2011.

Recentemente uma das transportadoras que presta serviços a mineradora SAMA, foi impedida de transportar o minério crisotila, por força de liminar proferida, pelo juiz da 21ª Vara do Trabalho da Comarca de São Paulo nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. É importante ressaltar, que esta decisão é passível de recurso.

Pesquisa Científica

Foi concluída uma importante pesquisa no Brasil conduzida por médicos ligados a importantes universidades brasileiras e do exterior, de renome, cujo objetivo, conforme projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq é responder como está a saúde da população que utiliza telhas de fibrocimento e de trabalhadores na mineração.

O resultado da pesquisa, divulgado em 25 de novembro de 2010, comprova que, em relação às avaliações da amostra dos moradores estudados, não foram encontradas alterações clínicas, funcionais respiratórias e tomográficas de alta resolução, passíveis de atribuição à inalação ambiental a fibras de asbesto.

Na avaliação ocupacional, não se identificou novas alterações nem progressão do comprometimento pleural ou intersticial nos indivíduos do Grupo exposto após 1980, que fizeram Tomografia Computadorizada de Alta Resolução - TCAR nos dois estudos. A íntegra desta pesquisa está disponível em <http://www.sectec.go.gov.br>.

Pesquisa FGV

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, a Fundação Getúlio Vargas - FGV realizou uma pesquisa sobre o papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva do minério crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego, como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site da Eternit.

Diante deste quadro, a Eternit reafirma sua convicção de que seus produtos são seguros para a população e que a realização de gestão sustentável em suas unidades não coloca em riscos a saúde de seus colaboradores e entende que o Supremo Tribunal Federal irá considerar as evidências técnicas e científicas para julgamento de mérito da questão, não sendo suscetível a pressões de grupos favoráveis ao banimento do minério crisotila com base na experiência europeia que utilizou o outro tipo de minério crisotila (amianto anfíbio) sem os cuidados necessários, principalmente sob a forma de jateamento.

PRÊMIOS E CONQUISTAS

A Companhia conquistou durante o ano de 2010 os seguintes prêmios, consolidando a cada dia a força de sua marca e sua excelência em governança corporativa. Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela Eternit em 2010:

- Prêmio Qualidade APIMEC-SP - as 10 melhores reuniões públicas do ano;
 - Prêmio IBGC de Governança Corporativa, na categoria evolução do ano;
 - Prêmio ABRASCA de Melhor Relatório Anual, categoria 2, empresas com receita líquida abaixo de R\$ 1 bilhão;
 - Menção Honrosa pela excelência em relações com investidores, concedida pela IR Magazine;
 - Prêmio Mérito Lojista - Troféu Deusa da Fortuna concedida pela Confederação Nacional dos Dirigentes e Lojistas de Brasília;
 - Menção Honrosa concedida pela ANAMACO - Categoria Caixa d'água de Polietileno;
 - Prêmio ANAMACO Pulverização e 1º lugar Grandes Clientes na categoria fibrocimento concedido pela ANAMACO;
 - 1º lugar - 17º Ranking de Conceito e Imagem da Indústria - Troféu Ruy Ohtake - Categoria fibrocimento;
 - 2º lugar - 17º Ranking de Conceito e Imagem da Indústria - Troféu Ruy Ohtake - Categoria Caixa d'água de Polietileno; e
 - Melhor Governança Corporativa das Small Cap da América Latina concedido pela IR Global Rankings.
- Assim como a Eternit, a SAMA Minerações Associadas conquistou prêmios em 2010, conforme demonstra a relação abaixo:
- Posicionamento entre as 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar do Guia Exame;
 - Posicionamento entre as 100 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil da Revista Época;
 - Posicionamento entre as 50 Melhores em gestão de pessoas do Anuário Valor Carreira;
 - Posicionamento entre as 50 Melhores em Prática de Gestão de Pessoas da Revista e RH;
 - Posicionamento entre as 50 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa da Revista Gestão e RH;
 - Destaque Preservação Ambiental pela Revista Meio Ambiente do Estado de São Paulo;
 - V Prêmio Ser Humano Goiás 2010 concedido por ABRH - Associação Brasileira de Recursos Humanos;
 - 1º Colocada do Ranking 2010 de Melhores da Gestão Socioambiental Brasileira concedido pelo Instituto Mais Projetos Corporativos - 8º Benchmarking Ambiental Brasileiro;
 - 5ª edição do Prêmio Brasil do Meio Ambiente concedido pelo Jornal do Brasil e Casa Brasil;
 - 12º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-Metalúrgica Brasileira concedida pela Revista Minério & Minerais; e
 - Homenagem das empresas Certificadas em conformidade com a Norma ISO 14.001 pela Revista Meio Ambiente Industrial.

PERSPECTIVAS

O Banco Central - BACEN projeta uma taxa de crescimento de 4,5% para o PIB em 2011, sustentada pelo desempenho da demanda doméstica. Para a construção civil, a perspectiva de crescimento para 2011 é de 6,6%. Estas projeções do BACEN refletem a consolidação do atual ciclo de expansão da economia brasileira, bem como acomodação da taxa de crescimento dos principais indicadores econômicos.

De acordo com a ABRAMAT, as expectativas para 2011 são bastante favoráveis ao mercado de materiais de construção, com continuidade do crescimento, todavia, num ritmo menos acelerado, projetando-se 9% de crescimento. As perspectivas positivas apontam para a continuidade do crescimento e das medidas de incentivo, que deverão ser mantidas e ampliadas pelo novo Governo, tais como a desoneração tributária dos materiais de construção (prorrogada até dezembro de 2011), investimentos e obras do PAC e MCMV, os estímulos à expansão do crédito imobiliário e o aumento da renda e do emprego.

A Administração da Eternit entende que o ano de 2011 será um ano de consolidação e ocupação das capacidades dos investimentos já realizados, durante os últimos anos. Para 2011 não entrará em operação novos investimentos para o crescimento orgânico. Com relação ao orgânico diversificado, entrará em operação a nova linha de produção de mármore sintético, com participação inicial pouco significativa em um negócio promissor no segmento de moradias econômicas. Já no crescimento inorgânico, poderá ter algumas aquisições. Dessa forma, o crescimento da Companhia, em 2011, estará em linha com o setor de construção civil.

O programa Minha Casa Minha Vida, anunciado pelo governo federal em março de 2008, tinha como objetivo diminuir o déficit habitacional no Brasil por meio da construção de 1 milhão de moradias, para famílias com renda de até 10 salários mínimos, até 2010. Em março de 2010, o governo federal apresentou o Minha Casa Minha Vida 2, cuja proposta integra a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) e prevê 2 milhões de moradias até 2014. Essa segunda etapa do programa habitacional federal contará com subsídios do governo da ordem de R\$ 71,7 bilhões. A Eternit considera relevante a abertura da linha de crédito por parte do governo para financiamento da compra de materiais de construção, uma vez que os produtos de fibrocimento, devido ao seu excelente custo-benefício, possuem forte demanda pela população de baixa renda.

Para a nova demanda em 2011, a Eternit inaugurou em outubro de 2010, mais uma linha de fibrocimento, desta vez na unidade de Simões Filho/BA, aumentando sua capacidade anual de 850 mil toneladas para cerca de 1 milhão de toneladas.

A aquisição da Tégula Soluções para Telhados Ltda., empresa líder no segmento de telhas de concreto em fevereiro de 2010, possibilitou a Eternit uma participação próxima a 16% do mercado total de coberturas no país, sendo 35% do mercado de telhas de concreto e 30% no segmento de fibrocimento. A sua participação no segmento em telhas metálicas ainda não é significativo. Desta forma, a Eternit se consolida como a maior e mais diversificada empresa de coberturas do país.



www.eternit.com.br

...Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2010

Os recursos para essa aquisição foram obtidos com o aumento de capital da Companhia, realizado no final de 2009 por meio da emissão privada de novas ações. O objetivo do aumento de capital foi assegurar a flexibilidade financeira necessária para a manutenção de investimentos em crescimento orgânico, bem como permitir futuras aquisições e iniciativas que fortaleçam as atividades e negócios da Companhia.

Com relação à Tégula, a expectativa é ocupar a capacidade ociosa existente maximizando as sinergias com a Eternit. Desde o 2T10, a Companhia vem intensificando os investimentos na Tégula, com foco na aquisição de moldes da telha BIG para atender principalmente às obras do programa federal Minha Casa Minha Vida. Esta telha vem demonstrando ser uma excelente opção para este segmento com negócios expressivos realizados em 2010. A Companhia planeja dobrar de tamanho a recém adquirida Tégula.

Tendo em vista o bom momento do setor de construção e o mercado imobiliário aquecido, a Eternit planeja intensificar seus negócios com as construtoras, o que representa grande oportunidade de crescimento à Companhia. A maior parte de seu faturamento é proveniente de vendas com seus 14 mil pontos de vendas espalhados pelo país, sendo que grande parte desta demanda já fora capturada pela Eternit. Por conseguinte, atender ao segmento das construtoras tem substancial potencial de crescimento à Companhia.

Apesar do cenário bastante favorável ao setor de construção, a Administração considera relevantes os seguintes desafios do setor: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura e valorização do câmbio; disponibilidade e

capacitação de mão de obra; aumento da produtividade da cadeia de construção; e a questão da habitação no que se refere ao custo dos terrenos que podem sofrer valorização excessiva e inibir investimentos. Em relação aos desafios da Companhia, o principal deles é a diversificação no que se refere a volumes, margens e investimentos em marketing dos novos produtos, bem como o posicionamento sobre a questão jurídica do minério crisotila.

A Eternit está confiante no crescimento da economia brasileira e, sobretudo, do setor em que está inserida. Com uma estrutura de capital adequada, baixo endividamento e investimentos consistentes com seu plano de expansão e diversificação, a Companhia está bem posicionada para maximizar as oportunidades do setor. Em 2010, a Eternit consolidou-se como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país. A partir deste momento, a meta a médio e longo prazo é tornar-se a maior e mais diversificada indústria de materiais de construção do Brasil, com cerca de 50% de seu faturamento ligado à diversificação.

EVENTO SUBSEQUENTE

Com foco na diversificação, a Eternit adquiriu, em fevereiro de 2011, um terreno de 400 mil m² no Distrito Industrial do Porto de Pecém, no município de Caucaia (CE), para instalação de sua nova fábrica "multiprodutos", visando expandir e diversificar suas atividades. A nova planta deverá fabricar produtos que estão no portfólio da Eternit e até mesmo novos produtos que poderão vir a fazer parte do portfólio da Companhia.

Em breve a Companhia divulgará o cronograma de obras, bem como os recursos necessários para a instalação desta nova planta.

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Eternit tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer do exercício de 2010 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas controladas.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2010; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do país.

São Paulo, 10 de março de 2011.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09			31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	
CIRCULANTE																
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.101	57.403	2.947	39.751	80.472	31.278	Fornecedores	13	32.523	17.831	21.149	41.097	20.805	24.038	
Investimentos temporários	6	40.900	65.400	-	40.900	65.400	-	Empréstimos e financiamentos	14	441	1.811	132	20.443	30.467	38.146	
Contas a receber de clientes	7	63.889	48.529	42.538	135.299	108.886	106.627	Salários, provisões e encargos sociais	15	19.638	9.429	9.394	34.842	20.566	17.622	
Estoques	8	73.918	45.524	40.188	98.445	61.016	59.275	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	9.357	7.237	5.546	29.937	18.785	15.377	
Impostos a recuperar	9	6.303	4.287	2.744	8.799	5.099	3.676	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		27.245	18.118	18.137	27.245	18.118	18.137	
Partes relacionadas	11	16.120	9.289	17.090	-	-	-	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	1.645	1.645	1.645	2.835	2.893	2.718	
Demais contas a receber		5.606	3.484	4.465	16.110	7.078	7.549	Provisão para riscos	21	-	-	425	343	-	425	
Total do ativo circulante		221.837	233.916	109.972	339.304	327.951	208.405	Demais contas a pagar		3.738	3.203	2.850	13.536	7.077	6.414	
NÃO CIRCULANTE																
Impostos a recuperar	9	22.054	20.855	20.798	22.867	21.334	21.393	Total do passivo circulante		94.587	59.274	59.278	170.278	118.711	122.877	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	23.554	25.089	24.614	49.788	37.202	34.845	NÃO CIRCULANTE								
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		7.020	7.944	4.902	11.894	12.140	9.031	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	19.286	19.071	18.916	26.570	26.556	26.844	
Precatórios a receber		431	1.010	1.655	431	1.010	1.655	Financiamentos	14	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501	
Demais contas a receber		500	443	492	2.101	3.663	2.123	Partes relacionadas	11	24.750	22.918	16.632	-	-	-	
Outros investimentos	8	8	8	8	250	246	246	Provisão para riscos	21	18.457	18.089	11.071	37.966	28.500	17.204	
Investimentos em controladas	10	175.441	119.780	111.665	-	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	6.757	2.739	-	7.017	3.006	-	
Imobilizado	12	124.999	104.605	97.775	209.989	150.329	140.941	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	90	-	-	280	-	-	
Intangível	12	1.811	917	936	24.454	17.967	17.764	Remonte da mina		-	-	-	2.505	2.263	2.045	
Total do ativo não circulante		355.818	280.651	262.845	321.774	243.891	227.998	Receitas antecipadas		181	451	721	482	770	1.228	
									Total do passivo não circulante		70.592	64.501	47.841	78.311	62.328	47.822
									PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
									Capital social	18	334.251	334.152	226.851	334.251	334.152	226.851
									Reserva de capital		18.536	18.513	18.513	18.536	18.513	18.513
									Ações em tesouraria		(174)	(174)	(2.906)	(174)	(174)	(2.906)
									Reservas de lucros		59.863	38.301	23.240	59.863	38.301	23.240
									Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		412.476	390.792	265.698	412.476	390.792	265.698
									Participação de acionistas minoritários		-	-	-	13	11	7
									Total do patrimônio líquido		412.476	390.792	265.698	412.489	390.803	265.705
									TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		577.655	514.567	372.817	661.078	571.842	436.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto os valores por ação)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Lucro do período	Atribuível a proprietários da controladora (Controladora BR GAAP)	Participação de acionistas minoritários	Total (Consolidado IFRS e BR GAAP)	
		Capital social	Subvenção para investimentos		Ágio na aquisição de ações	Estatutária	Legal					Retenção de lucros
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009	4	226.851	18.513	-	(2.906)	5.336	6.244	11.660	-	265.698	7	265.705
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	73.114	73.114	5	73.119
Aumento de capital social	18	107.400	-	-	-	-	-	-	-	107.400	-	107.400
Capital a integralizar	18	(99)	-	-	-	-	-	-	-	(99)	-	(99)
Cancelamento de ações próprias	18	-	-	-	2.732	(2.732)	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:												
Apropriação para reservas		-	-	-	-	3.656	3.656	10.481	(17.793)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,201 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(15.118)	(15.118)	-	(15.118)
Dividendos - R\$ 0,522 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(40.203)	(40.203)	(1)	(40.204)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		334.152	18.513	-	(174)	6.260	9.900	22.141	-	390.792	11	390.803
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	102.084	102.084	1	102.085
Capital a integralizar	18	99	-	-	-	-	-	-	-	99	-	99
Constituição de reservas		-	-	23	-	-	-	-	-	23	-	23
Destinação do lucro líquido:												
Apropriação para reservas		-	-	-	-	5.104	5.104	11.354	(21.562)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,25 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.367)	(22.367)	-	(22.367)
Dividendos - R\$ 0,65 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(58.155)	(58.155)	1	(58.154)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		334.251	18.513	23	(174)	11.364	15.004	33.495	-	412.476	13	412.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Eternit

Eternit S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 61.092.037/0001-81



...Continuação

www.eternit.com.br

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		102.085	73.119	102.085	73.119
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	10	(76.711)	(61.482)	-	-
Depreciação e amortização	12	9.051	10.438	18.154	17.991
Realização do ágio - "mais valia" nos estoques	1.b	-	-	2.539	-
Resultado na baixa de ativos permanentes		349	74	(1.847)	(3.775)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	847	807	2.253	1.063
Provisão para riscos		7.009	6.600	14.560	10.871
Provisão para perdas diversas		1.635	-	4.437	-
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		1.430	1.204	(881)	3.161
Rendimento de aplicações financeiras		(4.360)	-	(4.360)	-
Realização de despesas antecipadas		1.405	1.340	1.929	1.735
Realização de receitas antecipadas		(270)	(270)	(600)	(600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.622	(468)	(12.436)	(2.320)
		44.092	31.362	125.833	101.245
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(16.186)	(6.854)	(21.591)	(4.389)
Estoques		(29.690)	(4.219)	(32.064)	(273)
Impostos a recuperar		(2.354)	(626)	(3.047)	(389)
Juros recebidos		289	275	289	275
Depósitos judiciais		(3.574)	(3.282)	(4.577)	(3.635)
Outros ativos		(3.007)	2.497	(3.404)	381
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		14.756	(3.334)	16.521	(3.241)
Impostos a recolher		14.012	6.037	48.900	35.234
Provisão para pessoal, salários e encargos sociais		10.211	35	12.431	2.944
Pagamento de contingências		(2.233)	-	(2.233)	-
Outros passivos		(458)	(3.328)	(901)	729
Caixa gerado pelas atividades operacionais		25.858	18.563	136.157	128.881
Juros pagos		(91)	(468)	(91)	(2.607)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.879)	(1.661)	(35.963)	(28.820)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		17.888	16.434	100.103	97.454
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Adições de imobilizado e intangível	12	(31.055)	(17.481)	(58.541)	(28.770)
Dividendos recebidos	10 e 11	56.458	61.168	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado		730	26	2.010	1.758
Aquisição da Tégula, líquido do caixa adquirido	10	-	-	(34.303)	-
Aumento de capital em controlada - Neptune		(41.996)	-	-	-
Investimentos temporários	6	28.860	(65.400)	28.860	(65.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		12.997	(21.687)	(61.974)	(92.412)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Captação de financiamentos - terceiros		2.916	5.816	126.524	145.833
Mútuo com empresa ligada		(373)	4.556	-	-
Aumento de capital	18	99	107.301	99	107.301
Ágio na emissão de ações		23	-	23	-
Amortização de financiamentos		(4.455)	(2.619)	(134.099)	(153.637)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(71.397)	(55.345)	(71.397)	(55.345)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(73.187)	59.709	(78.850)	44.152
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(42.302)	54.456	(40.721)	49.194
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	57.403	2.947	80.472	31.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	15.101	57.403	39.751	80.472
		(42.302)	54.456	(40.721)	49.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita operacional líquida	23	424.316	333.330	758.745	583.268
Custo dos produtos vendidos		(297.876)	(247.200)	(432.219)	(337.616)
LUCRO BRUTO		126.440	86.130	326.526	245.652
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas		(41.932)	(32.650)	(88.403)	(66.942)
Despesas gerais e administrativas		(44.483)	(27.720)	(91.352)	(53.289)
Remuneração da Administração	11	(6.333)	(6.431)	(9.959)	(11.139)
Despesas financeiras	26	(5.023)	(5.051)	(22.676)	(19.236)
Receitas financeiras	26	14.478	6.734	32.400	18.364
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(7.228)	(7.696)	(13.152)	(8.775)
Resultado da equivalência patrimonial	10	76.711	61.482	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		112.630	74.798	133.384	104.635
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	19	(8.923)	(2.147)	(43.736)	(33.841)
Diferidos	19	(1.622)	468	12.436	2.320
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		102.085	73.119	102.084	73.114
ATRIBUÍVEL À:					
Participação dos acionistas controladores		-	-	102.084	73.114
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	1	5
		102.085	73.119	102.085	73.119
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Por ação básico - R\$	18	1,14	1,01	1,14	1,01
Por ação diluído - R\$	18	1,14	1,01	1,14	1,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
RECEITAS					
Vendas de produtos e mercadorias	23	574.610	444.814	991.302	743.393
Outras receitas		783	135	8.442	8.502
Receitas relativas à construção de ativos próprios		12.245	3.846	13.188	8.843
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(847)	(807)	(2.253)	(1.063)
		586.791	447.988	1.010.679	759.675
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo dos produtos vendidos		(295.081)	(235.597)	(389.845)	(236.156)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(104.333)	(77.884)	(192.097)	(200.007)
Recuperação de valores ativos		(7.710)	(5.323)	(7.736)	(5.319)
Outras doações		(2.453)	(114)	(5.776)	(669)
		(409.577)	(318.918)	(595.454)	(442.151)
VALOR ADICIONADO BRUTO		177.214	129.070	415.225	317.524
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO					
	12	(9.051)	(10.438)	(18.154)	(17.991)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		168.163	118.632	397.071	299.533
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	10	76.711	61.482	-	-
Receitas financeiras	26	14.478	6.734	32.400	18.364
Outras		697	3.379	1.217	4.881
		91.886	71.595	33.617	23.245
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		260.049	190.227	430.688	322.778
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		46.390	39.335	94.054	67.272
Benefícios		25.777	16.479	49.539	33.147
FGTS		3.700	3.346	6.615	5.225
		75.867	59.160	150.208	105.644
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		61.427	42.294	110.047	91.751
Estaduais		13.182	8.413	39.878	23.987
Municipais		769	729	1.135	1.199
		75.378	51.436	151.060	116.937
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		5.023	5.051	22.524	24.605
Aluguéis		1.696	1.461	4.811	2.473
		6.719	6.512	27.335	27.078
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	58.156	40.157	58.155	40.203
Juros sobre o capital próprio	18	22.368	15.101	22.367	15.118
Lucros retidos	18	21.561	17.861	21.562	17.793
Participação dos acionistas minoritários		-	-	1	5
		102.085	73.119	102.085	73.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma Companhia de capital aberto registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus controladores são pessoas físicas e jurídicas, Clubes de Investimentos, Fundos de Investimentos e Fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Companhia" ou "Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Paraná e do Rio de Janeiro.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon") possui uma fábrica no Estado de Goiás.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pela Companhia e a pela Precon são:

- Telhas e perfis de fibrocimento com material de reforço à base de cimento amianto ou Cimento Reforçado com Fio Sintético - CRFS;
- Telhas metálicas;
- Louças sanitárias e acessórios;
- Painel Wall Eternit (utilizado como paredes e divisórias);
- Pratic Wall (paredes semi-prontas);
- Eterplac (placas para fachadas);
- Eterplac Wood (placas cimentícias em CRFS com acabamento "madeirado");
- Caixas d'água em fibrocimento e polietileno;
- Eterclean (filtro de água para tubulação);
- Perfis metálicos (utilizados na construção de cobertura e paredes internas e externas).

A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula") possui cinco fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. Os principais produtos industrializados e/ou comercializados são:

- Telhas de concreto;
- Telhas Thermoconfort, com fibras de PVA (Fibra sintética) e tinta especial reduzindo a emissão de calor para a parte interna;
- Aquecedor solar;
- Freshfoil (manta de alumínio que impede a entrada de calor no verão e minimiza a saída no inverno);
- Passarinheira (aumenta a ventilação e evita a entrada de pássaros, morcegos e grandes insetos pelo beiral da casa).

A controlada Sama S.A. Minerações Associadas ("Sama"), sociedade anônima de capital fechado, localizada no Estado de Goiás, é a única mineradora de minério crisotila do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.

Continua...



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

a) Combinação de negócios

Em 11 de fevereiro de 2010, a Neptune Empreendimentos e Participações Ltda. ("Neptune"), controlada da Companhia, celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Tégula, a maior fabricante de telhas de concreto do Brasil, única empresa do setor no país dotada da mais alta tecnologia de produção de telhas e complementos para telhado. A Tégula possui um portfólio completo para a cobertura de casas, além dos cinco diferentes perfis de telha, que atendem aos diferentes estilos arquitetônicos e possui um conjunto completo de produtos essenciais para o telhado (rufos, caixa d'água, manta de subcobertura, etc.) e sistemas de aquecimento solar para banho.

Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

O efeito da combinação de negócios, na data de aquisição, no balanço do Grupo Eternit foi:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valores justos
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.937	-	4.937
Contas a receber de clientes	6.553	-	6.553
Estoques	6.545	2.539	9.084
Impostos a recuperar	591	-	591
Demais contas a receber	1.115	-	1.115
Total do ativo circulante	19.741	2.539	22.280
Ativo não circulante			
Demais contas a receber	416	-	416
Intangível	301	1.046	1.347
Imobilizado	19.019	5.626	24.645
Total do ativo não circulante	19.736	6.672	26.408
Total do ativo	39.477	9.211	48.688
Passivo circulante			
Fornecedores e demais contas a pagar	(5.488)	-	(5.488)
Salários, provisões e encargos sociais	(1.845)	-	(1.845)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(2.423)	-	(2.423)
Total do passivo circulante	(9.756)	-	(9.756)
Passivo não circulante			
Provisão para riscos (i)	(3.017)	-	(3.017)
Demais contas a pagar	(111)	-	(111)
Ativos adquiridos e passivos assumidos	26.593	9.211	35.804
Contraprestação transferida (caixa)			39.240
Ágio ("goodwill")			3.436

(i) A Companhia efetuou as análises das contingências possíveis e não reconheceu nenhum montante destes riscos (vide nota explicativa nº 21), por não ter sido possível determinar o seu valor justo com confiabilidade.

O ágio e a mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos que surgiram dessa aquisição representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da combinação de negócios; o montante que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$ 10.242.

A mensuração da mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada pela administração com base em estudo de empresa especializada. O reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida:	
Estoques	2.539
Terrenos	1.360
Edificações com vida útil de 50 anos	1.367
Máquinas e equipamentos com vida útil de 10 a 40 anos	2.899
Marcas sem vida útil definida	1.046
Total	9.211

O Grupo utilizou o princípio da substituição para cálculo do valor de mercado dos ativos adquiridos na combinação de negócios. Esse princípio presume que um comprador prudente não irá pagar por uma propriedade um valor maior do que o custo de aquisição de uma propriedade substituída com a mesma utilidade.

Os fluxos de caixa futuros dos ativos adquiridos foram definidos em razão dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pelo "Weighted Average Cost of Capital - WACC".

b) Reestruturação societária

Em 9 de janeiro de 2010, a investida Neptune passou a ser controlada da Companhia, com a participação direta de 99,99%. O capital social da investida passou de R\$ 4 para R\$ 42.000.

Em 14 de dezembro de 2010, a controladora Neptune foi incorporada pela controlada Tégula, pelo seu valor contábil, por não ter ativos nem passivos sujeitos à nova avaliação ao seu valor justo, exceto o investimento na Tégula, o qual deixou de existir quando houve a operação de incorporação reversa, conforme laudo de avaliação preparado por perito avaliador, considerando como data-base 31 de outubro de 2010.

Até a data-base da incorporação, a controladora Neptune realizou ágio na aquisição da Tégula, no montante de R\$ 3.157, R\$ 2.539 correspondentes à realização dos estoques e R\$ 618 à depreciação dos ativos imobilizados, conforme alocação do ágio ao valor justo dos respectivos ativos.

A viabilidade do negócio foi avaliada com base na rentabilidade projetada para a operação.

O acervo líquido incorporado pela Tégula, na data da incorporação reversa, era o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa	335
Impostos a recuperar	167
Juros sobre capital próprio a receber	1.016
Investimentos em controlada	31.381
Ágio sobre investimento - Tégula	12.647
Amortização de ágio sobre investimento - Tégula	(3.157)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(1.369)
Acervo líquido incorporado	41.020

Após a incorporação reversa da sua controladora Neptune, a estrutura patrimonial e de resultado da Tégula em 31 de dezembro de 2010, para fins de consolidação nas demonstrações financeiras do grupo era como segue:

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.184	Fornecedores e empréstimos	6.049
Contas a receber de clientes	8.365	Salários, provisões e encargos sociais	4.138
Estoques	8.651	Impostos a recolher	1.314
Impostos a recuperar	1.571	Dividendos a pagar	1.135
Demais contas a receber	1.852	Provisão para riscos	343
	25.623	Demais contas a pagar	2.094
			15.073
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Impostos diferidos	10.552	Financiamentos	2.420
Impostos a compensar	295	Impostos diferidos	498
Imobilizado	29.932	Provisão para riscos	1.158
Intangível (marcas e outros)	1.379	Demais contas a pagar	173
Intangível ("goodwill")	3.436		4.249
	45.594	Patrimônio líquido	51.895
Total do ativo	71.217	Total do passivo e patrimônio líquido	71.217

Demonstração do resultado

Receita líquida de vendas	67.863
Custo dos produtos vendidos	(48.031)
Lucro bruto	19.832
Despesas com vendas	(8.311)
Despesas administrativas	(8.530)
Resultado financeiro, líquido	(82)
Outros resultados operacionais	(535)
Lucro antes dos impostos	2.374
Impostos correntes e diferidos	(11.613)
Lucro líquido do exercício	13.987

Com base na expectativa de lucros tributáveis no decorrer dos próximos dez anos, foi constituído ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias.

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, o ágio não será amortizado contabilmente. Anualmente seu valor recuperável será avaliado através dos testes de "impairment". O ágio fundamentado com base no "goodwill", no valor de R\$ 3.436, será amortizado para fins de imposto de renda e contribuição social pelo prazo de cinco anos, com base no Regime Tributário Transitório - RTT.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP).
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as IFRSs desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS, cuja data de transição e consequente da aplicação do IFRS 1 foram refletidas em 1º de janeiro de 2006. A Companhia adotou antecipadamente o IFRS devido às suas ações serem listadas na BM&FBOVESPA em nível de Governança Corporativa - Novo Mercado. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43, a Companhia, em consonância com a Deliberação CVM nº 592/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 23, efetuou certos ajustes nos saldos das Demonstrações Financeiras em 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e na Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para permitir a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo está apresentado a seguir.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais a Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a aquisição de negócios é contabilizada pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios mensurada pelo valor justo é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo, dos passivos incorridos pelo Grupo na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver nota explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.6. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.6.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.6.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.7. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.9. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.10. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.11. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.11.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 19).

2.11.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 19).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.12. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.13. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.16. Provisões

- As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
- A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.
- A controladora Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, valorizando os gastos com base em cotações de mercado.
- Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 - Receita (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 30).

2.17. Ajuste a valor presente

O contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas Financeiras" nas demonstrações do resultado.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20. Juros sobre o capital próprio

São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião do Conselho de Administração e recebem o mesmo tratamento dos dividendos (vide nota explicativa nº 18).

2.21. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o pronunciamento técnico CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- Modificações na IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40) - aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração do Grupo não espera que essas modificações na IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações do Grupo relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas (vide nota explicativa nº 7). No entanto, caso o Grupo realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

- Modificações na IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 39) - abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, o Grupo não celebrou nenhum acordo que se enquadre no escopo das modificações. No entanto, caso o Grupo não adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e ao pronunciamento técnico CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.

- Modificações na IAS 12 - Tributos sobre o Lucro sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes) (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 32) - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu as modificações na IAS 12.

A IAS 12 requer que uma entidade mesure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - Propriedade para Investimento (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 28), pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC 21 - "Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets" não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida. Esta alteração da norma não impactará as Demonstrações Financeiras Consolidadas ou Individuais da Companhia.

- Modificação na IFRS 1 - "First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - IFRSs" sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu uma modificação na IFRS 1, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida. Em virtude da Companhia já ter adotado o IFRS, esta alteração da norma não impactará as Demonstrações Financeiras Consolidadas ou Individuais da Companhia.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas anteriormente apresentadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1.1. Valor recuperável do ágio ("goodwill")

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável do ágio ("goodwill").

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sama	16.558	16.558	16.558
Tégula	3.436	-	-
Total	19.994	16.558	16.558

3.1.2. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.12., o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais.

O efeito dessa revisão, considerando que os ativos sejam mantidos até o fim de sua vida útil, correspondeu a uma redução nas despesas de depreciação no exercício corrente e nos próximos três exercícios, nos seguintes valores:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	2010	2011	2012
	6.334	6.874	6.854
		6.854	6.660

3.1.3. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 29, o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010** (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC**4.1. Efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas****4.1.1. Aplicação das IFRSs**

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado(IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas de acordo com as IFRSs. A primeira adoção deu-se em 31 de dezembro de 2007 (o que incluiu o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2006), devido a Companhia ter suas ações listadas na BM&FBOVESPA em nível de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Considerando o exposto, não há efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 que exijam conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior).

No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, quando de sua adoção do IFRS, conforme descrito nas notas a seguir.

a) Isenção para combinação de negócios

A Companhia não possuía combinação de negócios na data de transição para as IFRSs e para os CPCs (1º de janeiro de 2006).

b) Isenção para a apresentação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis como custo de aquisição

O Grupo optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído na data de transição, considerando que: (i) o ativo imobilizado do Grupo é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (ii) a indústria em que o Grupo opera é impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da Administração atualizações frequentes dos seus equipamentos e revisão dos valores recuperáveis; e (iii) as práticas contábeis adotadas no registro dos bens do ativo imobilizado eram consistentes com as emendas do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

c) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos (derivativos)

A Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos (derivativos) na data de transição para as IFRSs.

d) Isenção relacionada ao reconhecimento de participações em controladas

As controladas da Companhia não possuíam demonstrações financeiras apresentadas em IFRSs na data de transição; por essa razão, a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para todas as suas controladas.

e) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e a IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais dos atuais instrumentos financeiros não foi efetuada na data de transição para as IFRSs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRSs na data de sua contratação.

A Companhia considerou as isenções obrigatórias na aplicação retrospectiva conforme segue:

a) Isenção para não reconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Companhia concluiu que não havia ativos e passivos financeiros não derivados que deveriam ser excluídos dos registros contábeis na data de transição para as IFRSs.

b) Isenção para contabilização de operações de "hedge"

A Companhia não possuía nenhuma transação classificada como "hedge" para fins de IFRSs, na data de transição e, por essa razão, não existiam ajustes a serem contabilizados.

c) Isenção de estimativas

A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas registradas de acordo com o BR GAAP anterior, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com as IFRSs na data de transição.

d) Isenção de ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas

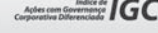
A Companhia não teve nenhum ativo classificado como disponível para venda.

4.1.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial consolidado (BR GAAP):

Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	31.278	-	31.278	80.762	-	80.762
Investimentos temporários	-	-	-	65.400	-	65.400
Contas a receber de clientes	106.626	-	106.626	108.886	-	108.886
Estoque	59.275	-	59.275	61.016	-	61.016
Impostos a recuperar	3.676	-	3.676	4.809	-	4.809
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	7.404	(7.404)	-	7.750	(7.750)	-
Demais contas a receber	7.549	-	7.549	7.077	-	7.077
Total do ativo circulante	215.808	(7.404)	208.404	335.700	(7.750)	327.950
Não circulante						
Depósitos judiciais e incentivos fiscais	6.020	3.006	9.026	6.822	5.318	12.140
Impostos a recuperar	21.393	-	21.393	21.334	-	21.334
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	27.324	7.521	34.845	29.299	7.898	37.197
Precatórios a receber	1.655	-	1.655	1.010	-	1.010
Demais contas a receber	2.123	-	2.123	3.664	-	3.664
Outros investimentos	244	-	244	246	-	246
Imobilizado	139.828	1.119	140.947	149.315	1.020	150.335
Ágio	-	16.558	16.558	-	16.558	16.558
Outros ativos intangíveis	1.243	(36)	1.207	1.444	(36)	1.408
Total do ativo não circulante	199.830	28.168	227.998	213.134	30.758	243.892
Total do ativo	415.638	20.764	436.402	548.834	23.008	571.842
Passivo						
Passivo circulante						
Fornecedores	24.038	-	24.038	20.805	-	20.805
Empréstimos e financiamentos	38.144	-	38.144	30.467	-	30.467
Salários, provisões e encargos	17.622	-	17.622	20.566	-	20.566
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15.377	-	15.377	18.785	-	18.785
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.137	-	18.137	18.118	-	18.118
Provisão para benefícios futuros a empregados	2.718	-	2.718	2.893	-	2.893
Provisão para contingências	425	-	425	-	-	-
Demais contas a pagar	6.414	-	6.414	7.077	-	7.077
Total do passivo circulante	122.875	-	122.875	118.711	-	118.711

Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
Não circulante						
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	26.844	-	26.844	26.556	-	26.556
Financiamentos	501	-	501	1.233	-	1.233
Provisão para contingências	14.198	3.006	17.204	23.181	5.319	28.500
Impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	-	3.006	-	3.006
Remonte da mina	2.045	-	2.045	2.263	-	2.263
Receitas antecipadas	1.228	-	1.228	770	-	770
Total do passivo não circulante	44.816	3.006	47.822	57.009	5.319	62.328
Total do passivo	167.691	3.006	170.697	175.720	5.319	181.039
Patrimônio Líquido						
Capital social	226.851	-	226.851	334.152	-	334.152
Reserva de capital	1.955	16.558	18.513	1.955	16.558	18.513
Ações em tesouraria	(2.906)	-	(2.906)	(174)	-	(174)
Reservas de lucros	22.040	1.200	23.240	37.169	1.132	38.301
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	247.940	17.758	265.698	373.102	17.690	390.792
Participação de minoritários	7	-	7	12	(1)	11
Total do patrimônio líquido	247.947	17.758	265.705	373.114	17.689	390.803
Total do passivo e patrimônio líquido	415.638	20.764	436.402	548.834	23.008	571.842
Conciliação do patrimônio líquido:						
Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP anterior	247.940			373.102		
Reversão da amortização do ágio ("goodwill") da controladora Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	e			16.558	16.558	
Correção monetária complementar do ativo imobilizado pelo CPC 42	d			1.422	1.422	
Depreciação da correção monetária complementar - CPC 27 e CPC 23	g			(303)	(402)	
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 38	g			(133)	(133)	
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - CPC 4 e CPC 23	g			97	97	
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	g			117	148	
Total dos ajustes no patrimônio líquido	g			17.758	17.690	
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP				265.698	390.792	
Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado consolidada:						
Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
Receita operacional líquida	583.268			583.268		
Custo dos produtos vendidos	(337.616)			(337.616)		
Lucro bruto	245.652			245.652		
Receitas (despesas) operacionais:						
Despesas com vendas	(66.942)			(66.942)		
Despesas gerais e administrativas	(53.289)			(53.289)		
Remuneração da Administração	(11.139)			(11.139)		
Despesas financeiras	(19.236)			(19.236)		
Receitas financeiras	18.364			18.364		
Outras despesas operacionais, líquidas	(8.706)			(8.775)		
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	104.704			104.635		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(31.512)			(31.521)		
Lucro Líquido do Exercício	73.192			73.114		
Atribuível a						
Participação dos acionistas controladores	73.192			73.114		
Participação dos acionistas não controladores	(5)			5		
Total do lucro líquido do exercício	73.187			73.119		
Conciliação do resultado consolidado:						
Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
De acordo com o BR GAAP anterior	73.187			73.187		
Depreciação complementar devido à correção complementar - CPCs 42, 27 e 23	(104)			(104)		
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	36			36		
Total dos ajustes ao resultado	(68)			(68)		
De acordo com o BR GAAP	73.119			73.119		
Notas às reconciliações						
A adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (R1) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:						
Descrição dos ajustes e reclassificações na conversão do BR GAAP anterior para o BR GAAP atual - Consolidado						
		01/01/09	31/12/09			
a) Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante		(7.404)	(7.750)			
b) Depósitos judiciais e incentivos fiscais, inicialmente classificados como reductor de contingências passivas, transferido para depósitos judiciais no ativo não circulante			3.006		4.408	
c) Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante			7.404		7.750	
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos das IFRSs no resultado			117		148	
			7.521		7.898	
d) Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23			1.422		1.422	
Depreciação da correção monetária complementar			(303)		(402)	
			1.119		1.020	
e) Reversão da amortização do ágio - ("goodwill") da controladora Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - IFRS 3 e IAS 36			16.558		16.558	
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23			1.422		1.422	
			17.980		17.980	
f) Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4			(133)		(133)	
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4			97		97	
			(36)		(36)	
g) Depreciação da correção monetária complementar			(303)		(402)	
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4			(133)		(133)	
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4			97		97	
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos das IFRSs no resultado			117		148	
			(222)		(290)	



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

4.2. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais

4.2.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora (BR GAAP)), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no pronunciamento técnico CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 43, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e do pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuiu nas suas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2. Tal procedimento foi adotado a fim de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial individual (BR GAAP):

Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapre- sentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP reapre- sentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.947	-	2.947	57.403	-	57.403
Investimentos temporários	-	-	-	65.400	-	65.400
Contas a receber de clientes	42.538	-	42.538	48.529	-	48.529
Dividendos a receber	17.090	-	17.090	9.289	-	9.289
Estoques	40.188	-	40.188	45.524	-	45.524
Impostos a recuperar	2.744	-	2.744	4.287	-	4.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a 4.516	(4.516)	-	4.372	(4.372)	-
Demais contas a receber	4.465	-	4.465	3.484	-	3.484
Total do ativo circulante	114.488	(4.516)	109.972	238.288	(4.372)	233.916
Não circulante						
Depósitos judiciais e incentivos fiscais	b 1.896	3.006	4.902	3.536	4.408	7.944
Impostos a recuperar	20.798	-	20.798	20.855	-	20.855
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c 20.161	4.453	24.614	20.773	4.311	25.084
Precatórios a receber	1.655	-	1.655	1.010	-	1.010
Demais contas a receber	492	-	492	443	-	443
Investimentos em controladas	e 94.028	17.637	111.665	102.208	17.572	119.780
Outros investimentos permanentes	8	-	8	8	-	8
Imobilizado	d 97.591	184	97.775	104.431	179	104.610
Outros ativos intangíveis	f 936	-	936	917	-	917
Total do ativo não circulante	237.565	25.280	262.845	254.181	26.470	280.651
Total do ativo	352.053	20.764	372.817	492.469	22.098	514.567
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	21.149	-	21.149	17.831	-	17.831
Empréstimos e financiamentos	132	-	132	1.811	-	1.811
Salários, provisões e encargos	9.394	-	9.394	9.429	-	9.429
Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.546	-	5.546	7.237	-	7.237
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.137	-	18.137	18.118	-	18.118
Provisão para benefícios futuros a empregados	1.645	-	1.645	1.645	-	1.645
Provisão para contingências	425	-	425	-	-	-
Demais contas a pagar	2.850	-	2.850	3.204	-	3.204
Total do passivo circulante	59.278	-	59.278	59.275	-	59.275
Não circulante						
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	18.916	-	18.916	19.071	-	19.071
Financiamentos	501	-	501	1.233	-	1.233
Mútuo	16.632	-	16.632	22.918	-	22.918
Provisão para contingências	b 8.065	3.006	11.071	13.681	4.408	18.089
Impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	-	2.739	-	2.739
Receitas antecipadas	721	-	721	451	-	451
Total do passivo não circulante	44.835	3.006	47.841	60.093	4.408	64.501
Total do passivo	104.113	3.006	107.119	119.368	4.408	123.776
Patrimônio Líquido						
Capital social	226.851	-	226.851	334.152	-	334.152
Reserva de capital	g 1.955	16.558	18.513	1.955	16.558	18.513
Ações em tesouraria	(2.906)	-	(2.906)	(174)	-	(174)
Reservas de lucros	h 22.040	1.200	23.240	37.168	1.132	38.300
Total do patrimônio líquido	247.940	17.758	265.698	373.101	17.690	390.791
Total do passivo e patrimônio líquido	352.053	20.764	372.817	492.469	22.098	514.567

Conciliação do patrimônio líquido da Companhia:

Item (*)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	Em 01/01/09 (data de transição)	
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP anterior	247.940	373.101
Reversão da amortização do ágio - ("goodwill") da controlada Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	e 16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado pelo CPC 42	d 212	212
Depreciação da correção monetária complementar - CPC 27 e CPC 23	d (28)	(33)
Resultado da equivalência patrimonial IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	c (63)	(61)
Total dos ajustes no patrimônio líquido	17.758	17.690
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP	265.698	390.791

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado individual:

Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapre- sentado
Receita operacional líquida	333.330	-	333.330
Custo dos produtos vendidos	(247.200)	-	(247.200)
Lucro bruto	86.130	-	86.130
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	(32.650)	-	(32.650)
Despesas gerais e administrativas	(27.720)	-	(27.720)
Remuneração da Administração	(6.431)	-	(6.431)
Resultado financeiro, líquido	1.683	-	1.683
Outras despesas operacionais, líquidas	g (7.691)	(5)	(7.696)
Resultado da equivalência patrimonial	g 61.547	(65)	61.482
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	74.868	(70)	74.798
Imposto de Renda e Contribuição Social	g (1.681)	2	(1.679)
Lucro Líquido do Exercício	73.187	(68)	73.119

Conciliação do resultado da Companhia:

Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

Item (*)	Resultado do exercício
De acordo com o BR GAAP anterior	73.187
Depreciação complementar devido a correção complementar - CPCs 42, 27 e 23	g (5)
Resultado da equivalência patrimonial IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	g 70
Total dos ajustes ao resultado	(68)
De acordo com o BR GAAP	73.119

A adoção dos CPC 15 ao 43 (R1) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

Descrição dos ajustes e reclassificações na conversão do BR GAAP anterior para o BR GAAP atual - Individual

	31/12/09	01/01/09
a) Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante	(4.372)	(4.516)
b) Depósitos judiciais e incentivos fiscais, inicialmente classificados como reductor de contingências passivas, transferidos para depósitos judiciais no ativo não circulante	4.408	3.006
c) Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante	4.372	4.516
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos do CPC no resultado	(61)	(63)
	4.311	4.453
d) Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	212	212
Depreciação da correção monetária complementar	(33)	(28)
	179	184
e) Reversão da amortização do ágio - ("goodwill") da controlada Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	16.558	16.558
f) Complemento de equivalência patrimonial pelos efeitos dos CPCs	1.014	1.079
g) Depreciação da correção monetária complementar	(5)	(6)
Resultado da equivalência patrimonial	(65)	(64)
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos do CPC no resultado	2	2
	(68)	(68)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder do Grupo, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa rubrica no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos de caixa e bancos	1.769	999	1.762	3.357	6.927	2.461
Fundos de Investimento	13.332	35.806	-	36.394	52.947	13.826
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	-	20.598	1.185	-	20.598	14.991
Total	15.101	57.403	2.947	39.751	80.472	31.278

Em 31 de dezembro de 2010, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (105% em 31 de dezembro de 2009 e 95% em 1º de janeiro de 2009), tendo em sua carteira basicamente fundos referenciados - DI e Renda Fixa.

6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Parte do aumento do capital social efetuado em 29 de outubro de 2009, conforme nota explicativa nº 18, foi aplicada em fundos de investimento remunerados por taxas médias de 103% da variação do CDI.

As aplicações financeiras têm como objetivo principal financiar os investimentos permanentes da Companhia.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contas a receber de clientes	66.106	50.152	43.724	141.682	113.371	110.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.217)	(1.623)	(1.186)	(6.384)	(4.485)	(3.901)
Total	63.889	48.529	42.538	135.299	108.886	106.627

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	62.804	47.017	40.610	128.441	101.172	104.120
Valores vencidos:						
Até 30 dias	1.115	1.154	1.149	5.108	6.624	1.876
Entre 30 e 60 dias	196	119	319	1.053	170	488
Acima de 60 dias	1.991	1.862	1.646	7.080	5.405	4.044
Total	66.106	50.152	43.724	141.682	113.371	110.528

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo inicial	(1.623)	(1.186)	(1.089)	(4.485)	(3.901)	(2.826)
Adição	(847)	(807)	(708)	(2.253)	(1.063)	(2.023)
Recebimento	43	72	5	71	86	7
Baixa	210	298	104	284	393	439
Transferência para ativo não circulante	-	-	502	-	-	502
Total	(2.217)	(1.623)	(1.186)	(6.383)	(4.485)	(3.901)

8. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos acabados	40.723	23.077	29.883	49.252	29.306	37.712
Produtos em elaboração	-	-	-	1.976	1.520	416
Revenda	10.706	1.916	533	13.242	2.825	936
Matérias-primas	20.903	18.607	8.461	20.364	16.608	7.939
Materiais auxiliares	2.486	1.924	2.428	15.180	11.100	13.769
(-) Provisão para perdas (*)	(900)	-	(1.117)	(1.569)	(343)	(1.497)
Total	73.918	45.524	40.188	98.445	61.016	59.275

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" nas demonstrações do resultado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:						
ICMS	1.279	1.301	1.110	1.718	1.694	1.558
IRRF	509	106	97	715	159	249
IRPJ	2.323	1.221	1.118	3.458	1.412	1.195
CSLL	739	416	272	1.287	508	324
IRRF - juros sobre o capital próprio	412	576	-	548	576	-
Fundo FOMENTAR - ICMS	685	273	-	711	290	-
COFINS e outros	356	394	147	363	460	350
Total	6.303	4.287	2.744	8.799	5.099	3.676
Não circulante:						
ICMS e outros	3.052	2.526	3.194	3.865	3.004	3.789
IRRF	12.090	11.662	11.200	12.090	11.662	11.200
IRPJ	6.912	6.667	6.404	6.912	6.668	6.404
Total	22.054	20.855	20.798	22.867	21.334	21.393

10. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Controladas	Controladora (BR GAAP)		
	Participação e capital votante	detidos - %	
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sama S.A. Minerações Associadas ("Sama")	99,99	99,99	99,99
Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis")	99,99	99,99	99,99
Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon")	99,99	99,99	99,99
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel")	99,99	99,99	99,99
Wagner Ltda. ("Wagner")	99,85	99,85	99,85
Wagner da Amazônia Ltda. ("Wagner da Amazônia")	99,85	99,85	99,85
Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula")	99,99	99,99	99,99

Resumo das principais informações das controladas:

Controlada	Localização	Atividade principal
Sama	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do minério crisotila
Engedis	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica
Precon	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento
Prel	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Wagner da Amazônia	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Tégula	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)						
	Wagner	Sama	Precon	Prel	Neptune (*)	Tégula (*)	Total
Em 1º de janeiro de 2009	3.467	89.037	11.147	8.014	-	-	111.665
Dividendos	-	(42.699)	(4.235)	(540)	-	-	(47.474)
Juros sobre o capital próprio	(211)	(4.555)	(682)	(445)	-	-	(5.893)
Equivalência patrimonial	2.763	51.582	6.199	938	-	-	61.482
Em 31 de dezembro de 2009	6.019	93.365	12.429	7.967	-	-	119.780
Aporte de capital (*)	-	-	-	-	41.996	-	41.996
Dividendos	-	(44.026)	(8.852)	(440)	(3.020)	-	(56.338)
Juros sobre o capital próprio	-	(4.774)	(668)	(437)	(672)	(400)	(6.951)
Equivalência patrimonial	(2.066)	52.704	11.207	879	2.716	11.271	76.711
Correção monetária complementar - IFRS	-	-	-	-	-	243	243
Incorporação	-	-	-	-	(41.020)	41.020	-
Em 31 de dezembro de 2010	3.953	97.269	14.116	7.969	-	52.134	175.441

(*) Vide nota explicativa nº 1.b

11. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos:			
Ativo circulante:			
Contas a receber: (i)			
Sama	1	-	7
Precon	1.154	1.307	682
	1.155	1.307	689
Dividendos e juros sobre o capital próprio: (ii)			
Sama	12.550	7.256	13.965
Prel	188	260	813
Precon	2.247	1.729	2.312
Wagner	-	44	-
Tégula	1.135	-	-
	16.120	9.289	17.090
Total	17.275	10.596	17.779

Imobilizado

Custo	Controladora (BR GAAP)							Total
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	
Saldos em 1º de janeiro de 2009	808	25.235	71.000	9.140	51.422	2.913	3.063	180.103
Adições	-	-	50	-	-	-	-	16.849
Baixas	-	(19)	(425)	(3)	(16)	-	(74)	(629)
Transferências	-	5.187	5.435	748	14.390	439	662	(27.306)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	808	30.403	76.060	9.885	65.796	3.352	3.651	196.326
Adições	-	-	-	-	-	-	-	30.749
Baixas	(107)	-	(1.117)	(78)	(93)	(59)	(115)	(1.757)
Transferências	-	917	15.278	1.564	8.424	273	182	(28.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	701	31.320	90.221	11.371	74.127	3.566	3.718	224.088
Depreciação								
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	(16.041)	(37.801)	(4.754)	(19.263)	(1.345)	(1.320)	(82.328)
Adições	-	(552)	(2.528)	(821)	(4.890)	(439)	(295)	(9.785)
Baixas	-	4	226	3	13	-	93	392
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(16.589)	(40.103)	(5.572)	(24.140)	(1.784)	(2.006)	(91.721)
Adições	-	(647)	(1.146)	(808)	(5.187)	(341)	(298)	(8.716)
Baixas	-	-	885	53	65	58	188	1.348
Transferências	-	-	(308)	(226)	476	-	29	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(17.236)	(40.672)	(6.553)	(28.786)	(2.067)	(2.078)	(99.089)
Valor residual								
Em 1º de janeiro de 2009	808	9.194	33.199	4.386	32.159	1.568	1.743	13.992
Em 31 de dezembro de 2009	808	13.814	35.957	4.313	41.656	1.568	2.124	104.605
Em 31 de dezembro de 2010	701	14.084	49.549	4.818	45.341	1.499	2.021	124.999

Passivo circulante:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Fornecedores: (i)			
Sama	7.173	4.160	4.816
Outras contas a pagar:			
Prel	-	21	21
Total	7.173	4.181	4.837

Passivo não circulante:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Mútuos: (iii)			
Sama	23.177	21.460	16.632
Prel	1.573	1.458	-
Total	24.750	22.918	16.632

Transações:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Vendas:			
Precon	13.092	7.372	2.887
Tégula	270	-	-
Total	13.362	7.372	2.887

Compras:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sama	79.987	59.271	51.140
Precon	-	140	389
Total	79.987	59.411	51.529

Despesas:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Administrativas:			
Prel	259	257	233
Juros sobre mútuo:			
Sama	2.075	1.957	-
Prel	141	-	-
Total	2.216	1.957	-

Descontos obtidos:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sama	3.368	1.749	2.656

(i) Os saldos a receber e a pagar referem-se a fornecimentos e compras de matéria-prima (minério crisotila) e produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do circulante.

(ii) Juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a receber das controladas.

(iii) Os recursos obtidos pela Companhia com suas controladas Sama e Prel, classificados no passivo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incide a variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado da Companhia.

b) Remuneração da Administração

O Grupo pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Salários e honorários	2.446	2.738	3.794	3.329
Participação nos lucros	1.568	1.535	2.208	2.046
Gratificação	2.319	2.158	3.957	5.764
Total	6.333	6.431	9.959	11.139

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 2006 um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. A Companhia concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do bônus recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar é baseado na valorização da ação nos últimos 12 meses e deve ser integralmente investido em ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de um ano após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% por ano. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

Foram adquiridas pela Diretoria, até 31 de dezembro de 2010, 1.339.706 ações - ETER3 (663.709 ações - ETER3 até 31 de dezembro de 2009).

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Controladora (BR GAAP)		Saldo residual	Saldo residual	Saldo residual
	31/12/10	31/12/09			
Imobilizado					
Terrenos	-	701	701	808	808
Edifícios e benfeitorias	2,9	31.318	(17.234)	14.084	13.814
Máquinas e equipamentos	8,6	90.220	(40.671)	49.549	35.957
Ferramentas e moldes	15	11.371	(6.553)	4.818	4.313
Instalações	10	74.127	(28.786)	45.341	41.656
Veículos	20	3.566	(2.067)	1.499	1.568
Móveis e utensílios	10	3.717	(1.696)	2.021	2.124
Equipamentos de informática	20	2.910	(2.078)	832	877
Imobilizações em andamento	-	6.154	-	6.154	3.488
Total	224.084	(99.085)	124.999	104.605	97.775
Intangível					
Softwares	20	5.298	(3.513)	1.785	898
Outros	-	26	-	26	19
Total	5.324	(3.513)	1.811	917	936



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Intangível	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	Softwares	Outros	Intangível em andamento	Total	Taxas anuais de depreciação/amortização - %	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Custo											
Saldos em 1º de janeiro de 2009	3.660	26	-	3.686							
Adições	497	-	137	634							
Baixas	(88)	-	-	(88)							
Transferências	137	-	(137)	-							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.206	26	-	4.232							
Adições	-	-	-	-							
Baixas	(138)	-	-	(138)							
Transferências	1.230	-	-	1.230							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.298	26	-	5.324							
Amortização											
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(2.744)	(6)	-	(2.750)							
Adições	(653)	(1)	-	(654)							
Baixas	89	-	-	89							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(3.308)	(7)	-	(3.315)							
Adições	(342)	7	-	(335)							
Baixas	137	-	-	137							
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.513)	-	-	(3.513)							
Valor residual											
Em 1º de janeiro de 2009	916	20	-	936							
Em 31 de dezembro de 2009	898	19	-	917							
Em 31 de dezembro de 2010	1.785	26	-	1.811							

Intangível	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Taxas anuais de depreciação/amortização - %	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Saldo residual	Saldo residual	Saldo residual
Imobilizado						
Terrenos	-	4.084	-	4.084	1.431	1.507
Edifícios e benfeitorias	2,9	72.729	(42.848)	29.881	20.695	15.774
Máquinas e equipamentos	8,6	160.368	(93.836)	66.532	41.551	39.171
Máquinas de extração	28,4	16.023	(13.140)	2.883	1.796	2.271
Ferramentas e moldes	15	25.416	(16.325)	9.091	4.313	4.387
Instalações	10	191.129	(127.335)	63.794	53.725	41.206
Veículos	20	11.987	(7.814)	4.173	3.288	3.730

Consolidado (IFRS e BR GAAP)														
Custos	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	1.507	52.807	120.172	15.929	10.960	152.599	7.793	6.827	8.623	5.414	1.847	5.594	21.993	412.065
Adições	-	72	228	265	-	3.057	188	-	59	58	-	75	23.679	27.681
Baixas	(76)	(133)	(3.947)	(905)	(16)	(109)	(10)	(861)	(1.273)	(684)	-	(883)	(582)	(9.479)
Transferências	-	6.229	6.387	237	748	16.923	438	(1)	876	484	-	4.302	(36.623)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.431	58.975	122.840	15.526	11.692	172.470	8.409	5.965	8.285	5.272	1.847	9.088	8.467	430.267
Aquisição por meio de combinação de negócios (Tégula)	1.400	9.494	16.758	-	9.693	2.019	2.683	-	1.000	1.010	-	-	-	44.057
Mais-valia ágio Tégula	1.360	1.367	2.899	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.626
Adições	-	1.231	2.740	-	2.562	83	1.040	-	205	143	-	-	50.931	58.935
Baixas	(107)	(185)	(1.752)	(846)	(96)	(175)	(556)	(2.151)	(192)	(481)	-	-	(3.937)	(10.478)
Transferências	-	1.845	16.884	1.343	1.565	16.732	411	15	1.327	422	-	4.299	(46.076)	(1.233)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.084	72.727	160.369	16.023	25.416	191.129	11.987	3.829	10.626	6.366	1.847	13.387	9.385	527.174
Depreciação														
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	(37.033)	(81.001)	(13.658)	(6.573)	(11.393)	(4.063)	(6.797)	(5.207)	(4.180)	(44)	(1.175)	-	(271.124)
Adições	-	(1.265)	(4.056)	(977)	(822)	(7.458)	(1.068)	(9)	(539)	(486)	(62)	(362)	-	(17.104)
Baixas	-	18	3.768	905	16	106	10	858	1.246	685	-	678	-	8.290
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(38.280)	(81.289)	(13.730)	(7.379)	(118.745)	(5.121)	(5.948)	(4.500)	(3.981)	(106)	(859)	-	(279.938)
Adições por meio de combinação de negócios (Tégula)	-	(3.322)	(10.307)	-	(7.054)	(1.332)	(1.858)	-	(582)	(816)	-	-	-	(25.271)
Adições	-	(1.291)	(3.179)	(256)	(1.737)	(7.881)	(1.264)	(13)	(717)	(541)	(52)	(628)	-	(17.559)
Baixas	-	47	1.246	846	71	147	429	2.151	166	480	-	-	-	5.583
Transferências	-	-	(308)	-	(226)	476	-	-	29	29	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(42.846)	(93.837)	(13.140)	(16.325)	(127.335)	(7.814)	(3.810)	(5.604)	(4.829)	(158)	(1.487)	-	(317.185)
Valor residual														
Em 1º de janeiro de 2009	1.507	15.774	39.171	2.271	4.387	41.206	3.730	30	3.416	1.234	1.803	4.419	21.993	140.941
Em 31 de dezembro de 2009	1.431	20.695	41.551	1.796	4.313	53.725	3.288	17	3.785	1.291	1.741	8.229	8.467	150.329
Em 31 de dezembro de 2010	4.084	29.881	66.532	2.883	9.091	63.794	4.173	19	5.021	1.537	1.689	11.900	9.385	209.989

Intangível	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Softwares	Outros	Ágio ("goodwill")	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Total
Custo						
Saldos em 1º de janeiro de 2009	5.362	90	16.558	-	-	22.010
Adições	792	-	-	-	296	1.088
Baixas	(87)	-	-	-	-	(87)
Transferências	296	-	-	-	(296)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.363	90	16.558	-	-	23.011
Aquisição por meio de combinação de negócios (Tégula)	785	-	3.665	1.156	-	5.606
Adições	73	-	-	-	993	1.066
Baixas	(139)	-	(228)	-	-	(367)
Transferências	2.224	-	-	-	(993)	1.231
Saldos em 31 de dezembro de 2010	9.306	90	19.995	1.156	-	30.547
Amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2008	(4.240)	(6)	-	-	-	(4.246)
Adições	(885)	(1)	-	-	-	(886)
Baixas	88	-	-	-	-	88
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(5.037)	(7)	-	-	-	(5.044)
Aquisição Tégula - 11 de fevereiro de 2010	(594)	-	-	-	-	(594)
Adições	(600)	6	-	-	-	(594)
Baixas	139	-	-	-	-	139
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(6.092)	(1)	-	-	-	(6.093)
Valor residual						
Em 1º de janeiro de 2009	1.122	84	16.558	-	-	17.764
Em 31 de dezembro de 2009	1.326	83	16.558	-	-	17.967
Em 31 de dezembro de 2010	3.214	89	19.995	1.156	-	24.454

Em razão de processos judiciais, a controlada Sama ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor de custo de R\$ 6.483.

13. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Mercado Interno	24.415	17.848	21.218	32.997	20.856	23.845
Mercado Externo	8.254	64	28	8.299	56	326
Ajuste a Valor Presente	(146)	(81)	(97)	(198)	(107)	(133)
Total	32.523	17.831	21.149	41.097	20.805	24.038

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:						
Empréstimos (a)	-	1.682	-	-	1.682	-
Financiamentos (b)	441	129	132	1.024	129	639
ACE (c)	-	-	-	19.419	28.656	29.796
ACC (d)	-	-	-	-	-	7.709
Total	441	1.811	132	20.443	30.467	38.146
Não circulante						
Financiamentos (b)	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501
Total	1.512	3.044	633	23.934	31.700	38.647
Fluxo de pagamento:						
2010	-	-	145	-	-	145
2011	-	441	145	-	441	145
2012	461	374	145	1.066	374	145
2013	323	238	66	928	238	66
2014	266	180	-	871	180	-
2015	21	-	-	626	-	-
Total	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501

(a) Empréstimos
Em março de 2009, a Companhia captou empréstimo para capital de giro junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 5.000, com encargos pós-fixados baseados no Certificado de Depósito Interbancário - CDI e acrescidos de juros anuais de 4,28%. Empréstimo foi liquidado em março de 2010.

(b) Financiamentos
Recursos obtidos pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, captados em dezembro de 2007, foram destinados para aquisição de máquinas e equipamentos, os quais estão garantindo a dívida, com taxa média ponderada anual de 7,4%, já inclusa a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(c) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE
São recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada SAMA, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$ 1,68 e atualizados pela taxa de R\$ 1,6654 em 31 de dezembro de 2010. Taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

A Companhia é avalista de parte das operações de ACE da controlada SAMA, cujo valor em 31 de dezembro de 2010



...Continuação

www.eternit.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

15. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)					
	01/01/09		31/12/09		31/12/10	
	Adições	Paga-mentos	Adições	Paga-mentos	Adições	Paga-mentos
13º salário	-	3.793	(3.793)	-	4.544	(4.544)
Férias	4.443	5.498	(5.064)	4.877	6.518	(5.579)
Participação nos lucros (i)	3.862	7.568	(8.234)	3.196	21.272	(13.664)
Salários	-	34.823	(34.823)	-	36.252	(36.252)
FGTS	154	3.712	(3.598)	268	4.364	(4.179)
Salário educação	122	888	(876)	134	1.149	(6)
INSS	813	13.268	(13.137)	944	15.912	(16.477)
Previdência privada (ii)	-	3.343	(3.338)	5	3.647	(2.736)
Contribuição sindical	-	221	(216)	5	196	(208)
	9.394	73.114	(73.079)	9.429	93.854	(83.645)
						19.638
Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
01/01/09		31/12/09		31/12/10		31/12/10
Adições	Paga-mentos	Adições	Paga-mentos	Adições	Paga-mentos	
13º salário	6.379	(6.379)	-	9.068	(9.068)	-
Férias	7.207	9.325	(8.434)	8.098	12.046	(10.313)
Participação nos lucros (i)	8.190	12.019	(10.455)	9.754	34.549	(24.377)
Salários	-	50.626	(50.626)	-	63.145	(63.145)
FGTS	354	6.198	(6.060)	492	7.668	(7.330)
Salário educação	160	1.512	(1.492)	180	1.849	(684)
INSS	1.432	21.950	(21.709)	1.673	29.302	(29.385)
Previdência privada (ii)	272	3.753	(3.693)	332	6.393	(5.434)
Contribuição sindical	7	330	(300)	37	401	(410)
	17.622	112.092	(109.148)	20.566	164.421	(150.146)
						34.842

- (i) Participação nos lucros
O Grupo adota o programa de participação nos lucros para os empregados. O acordo é homologado pelo Sindicato. O valor está registrado como despesas administrativas na rubrica "Participação nos lucros".
- (ii) Previdência privada
O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado PGBL com característica de contribuição definida.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10		01/01/09	31/12/10		01/01/09
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante						
Tributos sobre os lucros:						
IRPJ	628	2	-	11.493	4.015	2.499
CSLL	227	-	-	2.405	342	766
Demais tributos:						
ICMS	4.082	3.156	2.369	7.335	6.956	6.214
IPI	2.026	1.594	1.054	2.223	1.776	1.237
COFINS	1.630	1.344	980	3.404	2.613	1.819
PIS	351	292	213	736	567	395
IRRF	288	780	653	967	1.306	1.104
CFEM	-	-	-	1.097	997	998
Outros	125	70	277	277	212	344
Total	9.357	7.237	5.546	29.937	18.785	15.377
Não circulante:						
ICMS (*)	6.757	2.739	-	7.017	2.739	-
IRPJ	-	-	-	-	267	-
Total	6.757	2.739	-	7.017	3.006	-

(*) ICMS originado pelos incentivos fiscais - PRODUZIR na controladora e FOMENTAR na controlada Precon.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial para data base de 31 de dezembro de 2010 preparado por empresa especializada independente, com parecer emitido em 21 de fevereiro de 2011, contabilizaram uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto	10,73% a.a.	11,29% a.a.	10,25% a.a.
Crescimento das despesas com saúde	8,5% a.a.	8,51% a.a.	8,50% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83	GAM83

b) Avaliação atuarial

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Número de participantes	339	351	365	559	568	584
Valor presente das obrigações no início do período	21.343	21.285	19.444	31.063	31.464	28.492
Juros sobre a obrigação atuarial	2.249	2.082	1.909	3.181	3.061	2.781
(Ganhos) perdas atuariais	-	(402)	1.658	-	(1.274)	2.972
Gastos realizados no período	(2.218)	(2.024)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
Valor presente das obrigações no fim do período	21.374	20.941	21.285	30.800	29.789	31.464

c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	1.375	(402)	(804)	4.038	(1.274)	(1.963)
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(2.137)	(2.094)	(2.128)	(3.080)	(3.462)	(3.146)
Perdas atuariais reconhecidas a partir de 2011	-	-	-	958	-	-
Serviço médio futuro esperado (em anos)	16,42	17,42	18,60	16,42	17,42	18,60

d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo contábil no início do período	20.716	20.561	20.297	29.449	29.562	29.501
Gastos realizados no período	(2.024)	(1.932)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
Complemento da provisão	2.433	2.179	1.990	3.400	3.349	2.842
Total	20.931	20.716	20.561	29.405	29.449	29.562
Circulante	1.645	1.645	1.645	2.835	2.893	2.718
Não circulante	19.286	19.071	18.916	26.570	26.556	26.844
Total	20.931	20.716	20.561	29.405	29.449	29.562

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 226.851 para R\$ 334.251, mediante subscrição privada, no montante de R\$ 107.400, por meio de emissão de 17.900.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 6,00. Tal aumento de capital foi homologado em Reunião do Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2010.

Até 21 de dezembro de 2009, foram subscritas 17.890.492 ações no valor de R\$ 107.301 (totalizando R\$ 334.152); as 9.508 ações remanescentes não subscritas, no montante de R\$ 99, foram leiloadas em 12 de janeiro de 2010.

Composição acionária:

	31/12/10		31/12/09	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	5.543	50.962.215	6.318	40.869.396
Pessoas jurídicas	90	1.961.772	95	1.615.788
Pessoas residentes no exterior	72	6.585.698	49	3.220.359
Clubes, fundos e fundações	205	29.960.949	153	25.865.091
Subtotal	5.910	89.470.634	6.615	71.570.634
Ações em tesouraria	-	29.366	-	29.366
Total	5.910	89.500.000	6.615	71.600.000

b) Reserva de retenção de lucros

Em atendimento à instrução normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2011.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2010, no montante de R\$ 11.354, totalizando em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 33.495 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

Orçamento de capital - aplicação de recursos

	2011 - Projeção
Investimento em ativo imobilizado	33.500
Projetos de novos investimentos	80.200
	113.700

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 5.104 (R\$ 3.656 em 31 de dezembro de 2009), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$ 5.104 (R\$ 3.656 em 31 de dezembro de 2009). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da Companhia, até atingir 10% do capital social.

e) Dividendos

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas.

O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	12.347	0,138
RCA de 04/08/10	27/08/10	12.257	0,137
RCA de 21/10/10	16/11/10	12.347	0,138
RCA de 02/03/11	25/03/11	21.204	0,237
Total		58.156	0,650

f) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	5.548	0,062
RCA de 04/08/10	27/08/10	5.636	0,063
RCA de 21/10/10	16/11/10	5.547	0,062
RCA de 02/03/11	25/03/11	5.637	0,063
Total		22.368	0,250

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	102.085	73.119
(-) Reserva legal (5%)	(5.104)	(3.656)
(-) Reserva estatutária (5%)	(5.104)	(3.656)
Lucro a ser distribuído	91.877	65.807
Dividendos mínimos obrigatórios	22.969	16.452
Dividendos pagos antecipadamente	36.952	25.980
Dividendos propostos	21.204	14.226
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$ 14.221, líquidos do imposto de renda retido)	16.731	11.452
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$ 4.791, líquidos do imposto de renda retido)	5.637	3.668
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	80.524	55.326
Percentual sobre a base de cálculo	87,64%	84,07%

g) Ações em tesouraria

Em junho de 2009, a Companhia cancelou 461.434 ações ordinárias, ao custo médio de R\$ 5,92, perfazendo o valor de R\$ 2.732, conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 352 e R\$ 254 respectivamente.

h) Demonstração do resultado abrangente

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

i) Lucro líquido por ação

Em conformidade com a IAS 33 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 (Lucro por Ação)), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

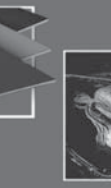
	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09
Numerador básico e diluído	102.085	73.119
Lucro líquido do exercício atribuível aos proprietários da Companhia		
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	89.470	72.061
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,14	1,01

Não existe nenhum efeito anti-dilutivo que deva ser considerado no cálculo acima.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A reconciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, é conforme a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Realização da mais valia dos ativos da Tégula	-	-	1.196	-
Tributos e multas indedutíveis	(232)	(16)	(232)	(16)
Outras (adições) exclusões	(533)	(101)	5.342	(202)
Outras adições temporárias	(2.010)	(753)	(7.321)	(2.735)
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	3.632	967	3.739	1.248
IRPJ e CSLL Correntes	(8.923)	(2.147)	(43.736)	(33.831)
Reversões temporárias	2.010	753	7.321	2.735
Lucro não realizado nos estoques	-	-	810	466
Constituição de ativo fiscal diferido	-	682	8.044	367
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	(3.632)	(967)	(3.739)	(1.248)
IRPJ e CSLL Diferidos	(1.622)	468	12.436	2.320
Despesa do exercício	(10.545)	(1.679)	(31.300)	(31.511)

b) Composição do ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais diferidos, apresentados no ativo não circulante, referem-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	8.959	12.571	13.538	16.893	12.571	13.538
Benefícios futuros a ex-empregados	5.130	5.549	5.003	8.140	8.189	7.787
Provisão para riscos	6.275	6.092	3.909	12.801	9.457	5.733
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	2.405	1.595	1.129
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	-	3.125	2.787	2.786
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.122	327	1.181	4.805	1.362	2.281
IRPJ e CSLL sobre ajustes de CPC	2	2	2	123	148	117
Outras provisões	1.066	548	981	1.496	1.093	1.474
Total	23.554	25.089	24.614	49.788	37.202	34.845

Expectativa de realização dos créditos tributários

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e a controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	2.344	973	-	2.344	973
2011	2.922	3.192	2.357	3.297	3.192	2.357
2012	1.484	2.374	2.933	2.245	2.374	2.933
2013	925	1.068	2.569	1.746	1.068	2.569
2014 a 2019	3.628	3.593	4.706	9.604	3.593	4.706
Total	8.959	12.571	13.538	16.892	12.571	13.538

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2010, tinha prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 36.535 e base negativa de contribuição social de R\$ 37.161, para os quais não foram constituídos impostos diferidos.

ii) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante referente aos impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	1.970	3.479	-	5.559	6.548
2011	3.578	1.526	1.526	9.740	2.718	2.718
2012	1.978	1.219	1.219	13.185	2.632	2.632
2013	1.877	901	901	2.108	1.997	1.997
2014 a 2019	7.162	6.902	3.951	7.863	11.725	7.412
Total	14.595	12.518	11.076	32.896	24.631	21.307

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2010, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

c) O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apresentados no passivo não circulante, referem-se aos ajustes considerando a legislação tributária e os pronunciamentos do CPC, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Amortização de ágio ("goodwill")	-	-	220	-
IRPJ e CSLL sobre ajustes de IFRS	90	-	60	-
Total	90	-	280	-

20. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES NOS LUCROS E RESULTADOS

O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado aos colaboradores calculado nos termos de acordo sindical firmado com o Grupo. A seguir os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Participação nos lucros e resultados	10.351	4.430	20.531	12.019

21. PROVISÃO PARA RISCOS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos do Grupo.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Processos trabalhistas	14.366	12.918	9.894	22.697	19.429	13.956
Processos cíveis e tributários	4.091	5.171	1.601	15.612	9.071	3.673
Provisão para riscos líquida	18.457	18.089	11.495	38.309	28.500	17.629

As movimentações na provisão para riscos são apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/09	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/10
Processos trabalhistas	12.917	2.913	(262)	(1.202)	14.366
Processos cíveis e tributários	5.172	4.033	-	(5.114)	4.091
	18.089	6.946	(262)	(6.316)	18.457
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/09	Adições	Pagamentos	Reversões	31/12/10
Processos trabalhistas	19.429	8.491	(709)	(2.511)	24.700
Processos cíveis e tributários	9.071	12.084	(156)	(7.390)	13.609
	28.500	20.575	(865)	(9.901)	38.309

A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências, classificados em rubrica específica do não circulante.

A provisão para contingências trabalhistas refere-se a ações indenizatórias, acidente de trabalho e reclamações trabalhistas, consideradas por nossos consultores jurídicos como perda provável.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha em andamento Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se discutia questões relacionadas à saúde ocupacional de ex-trabalhadores da antiga fábrica de Osasco, Estado de São Paulo. A ação foi julgada improcedente e a avaliação dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda foi considerada como possível. Houve interposição de recurso por parte do Ministério Público.

Também possuía Ação Popular em Poções-BA, Estado da Bahia, sobre questões de natureza ambiental e de saúde que está relacionada com as Ações Cíveis Públicas movidas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, cujas avaliações dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda foram consideradas como possíveis.

A Companhia mantinha em andamento uma Ação Civil Pública Consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contêm amianto naqueles Estados. A proibição está suspensa por força de decisão proferida nos autos da reclamação proposta perante o STF. Quanto à ação de Pernambuco, encontra-se em fase inicial.

Na mesma data, o Grupo mantinha em andamento uma Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza (CFEM).

Também possuía uma Ação Popular na Comarca de Minaçu, Estado de Goiás, relacionada à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra para a controlada Sama.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010 existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia e suas controladas, para os quais os assessores legais das Companhias classificam a possibilidade de perda como possível, no montante de R\$ 5.850, portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos, por se encontrarem em fases iniciais devendo se alargar no tempo.

22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de complementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de plano gerador de benefício livre - PGDL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelas empresas e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Contribuições efetuadas	2.286	2.182	3.996	3.753

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita bruta de vendas	574.610	444.815	991.302	743.393
Descontos e abatimentos incondicionais	(8.019)	(2.495)	(8.607)	(2.613)
Impostos incidentes sobre as vendas	(142.275)	(108.990)	(223.950)	(157.512)
	424.316	333.330	758.745	583.268

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Custo dos produtos e das mercadorias vendidas	297.876	247.200	432.219	337.626
Despesas com vendas	41.932	32.650	88.403	66.942
Despesas gerais e administrativas	50.816	34.151	101.311	64.428
Despesas financeiras	5.023	5.051	22.676	19.236
Outras despesas operacionais	9.156	11.502	22.580	19.244
	404.803	330.554	667.189	507.476

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Matéria-prima consumida	203.487	151.817	305.712	229.028
Despesas com pessoal e encargos	88.438	69.513	169.031	121.470
Materiais, energia elétrica e serviços	61.741	60.614	31.872	31.290
Despesas de vendas variáveis	2.481	1.719	33.353	29.675
Depreciação e amortização	9.051	10.443	18.154	17.991
Provisão para contingências	6.958	5.083	30.432	22.151
Serviços de terceiros	10.749	7.748	19.792	12.977
Comissões sobre vendas	1.862	2.052	2.829	2.655
Contribuição para entidades de classe	1.502	6.595	10.601	11.026
Propaganda e publicidade	3.289	1.523	9.159	4.963
Impostos e taxas	5.525	3.160	5.991	3.264
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuo	2.313	2.430	122	498
Variação cambial passiva	174	163	16.986	12.957
Outras	7.233	7.694	13.155	7.531
	404.803	330.554	667.189	507.476

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Outras receitas operacionais:				
Vendas de bens do imobilizado	783	152	2.475	4.973
Receitas eventuais	888	3.643	4.480	4.050
Outras vendas	-	-	200	135
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	174	3	174	3
Realização de receitas antecipadas	68	-	115	-
Aluguéis	15	8	1.984	1.308
	1.928	3.806	9.428	10.469

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
--	------------------------	--	------------------------------	--

Eternit

Eternit S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.092.037/0001-81



...Continuação

www.eternit.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(97)	(473)	(122)	(488)
Juros sobre mútuo	(2.216)	(1.957)	-	-
Juros passivos	(670)	(509)	(1.655)	(2.949)
Despesas bancárias	(529)	(682)	(760)	(883)
Descontos concedidos	(329)	(196)	(1.507)	(837)
IOF	(235)	(462)	(492)	(549)
PIS e COFINS - juros sobre capital próprio	(716)	(545)	(827)	(545)
Variações cambiais passivas	(174)	(163)	(16.986)	(12.957)
Outras	(57)	(64)	(327)	(28)
	(5.023)	(5.051)	(22.676)	(19.236)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.012	1.523	8.909	2.768
Descontos obtidos	3.390	1.750	53	4
Juros ativos	2.234	2.243	5.668	5.240
Variações monetárias ativas	978	889	1.127	1.070
Variações cambiais ativas	864	329	16.547	9.187
Outras	-	-	96	95
	14.478	6.734	32.400	18.364
	9.455	1.683	9.724	(872)

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**a) Adoção da IFRS 8 e CPC 22 - Segmentos Operacionais**

O grupo adotou a IFRS 8 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 22 - Segmentos Operacionais), com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. A IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo regularmente revisados pelo Presidente (principal tomador de decisões operacionais), a fim de alocar recursos para os segmentos e para avaliar o seu desempenho. Como resultado, após a adoção da IFRS 8 e do pronunciamento técnico CPC 22, a identificação dos segmentos reportáveis do grupo mudou.

b) Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

Em anos anteriores, a informação por segmentos divulgada foi analisada com base em dois segmentos (fibrocimento e minério crisotila). No entanto, as informações comunicadas ao Presidente do Grupo, para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho do segmento estão especificamente orientadas para as áreas geográficas (fibrocimento) e os mercados locais e estrangeiros (asbesto de crisotila). Os segmentos reportáveis do Grupo de acordo com a IFRS 8 o pronunciamento técnico CPC 22 são os seguintes:

Descrição	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Área Geográfica			
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste			
Minério Crisotila	Mercados local e estrangeiro			
Telhas de concreto	Mercado Local			
Outros	Mercado Local			

- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água, painéis moldados, divisórias e painéis planos.
- Minério crisotila: inclui a exploração e venda de Minério Crisotila.
- Outras: inclui a fabricação e venda de componentes para sistemas construtivos, caixas d'água de polietileno para o mercado local; e revenda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar, acessórios e telhas metálicas.

c) Receitas e resultados dos segmentos reportáveis

As informações sobre segmentos reportáveis do Grupo estão apresentadas a seguir:

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Receita líquida		Lucro bruto	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	95.844	85.009	26.021	21.966
	Sul	107.614	85.945	32.031	22.207
	Centro-Oeste	156.699	124.897	50.770	32.858
	Norte e Nordeste	68.896	57.502	20.530	14.858
	Exportação	51	189	50	189
		429.104	353.542	129.402	92.078
Minério crisotila	Mercado interno	109.537	82.667	80.633	79.950
	Mercado externo	111.268	130.219	81.809	69.273
		220.805	212.886	162.542	149.223
Telhas de concreto		57.963	-	18.754	-
Outros		50.873	16.840	15.828	4.341
		758.745	583.268	326.526	245.642
				(193.142)	(141.017)
				133.384	104.625

Despesas e receitas não alocadas:

Lucro antes dos impostos

Vendas entre partes relacionadas:

Durante o ano o segmento de minério crisotila vendeu R\$ 79.987 para segmento de fibrocimento e cimento de fio sintético (R\$ 59.411 em 2009).

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).

d) Ativos e passivos dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Ativos		Passivos	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	38.698	28.684	8.119	2.319
	Sul	89.720	80.926	4.620	4.086
	Centro-Oeste	64.828	55.123	8.586	6.262
	Norte e Nordeste	32.450	19.107	1.648	1.029
		225.696	183.840	22.973	13.696
Minério crisotila	Mercado interno	110.499	102.166	10.123	6.379
Telhas de concreto		43.395	-	3.949	-
Outros produtos (*)		54.115	30.577	2.776	567
Outras contas do balanço		227.373	255.259	208.526	160.398
		661.078	571.842	248.347	181.040

(*) Painéis Wall, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias e filtros.

e) Outras informações dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Depreciação, amortização e exaustão		Adições no imobilizado e intangível	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	2.017	2.862	1.021	1.216
	Sul	3.657	3.941	10.767	13.389
	Centro-Oeste	1.689	2.474	2.688	1.788
	Norte e Nordeste	1.153	1.368	15.116	816
		8.516	10.645	29.592	17.209
Minério crisotila	Mercado interno	5.400	6.061	12.428	8.613
Telhas de concreto		5.400	6.061	15.544	8.613
Outros		2.673	-	15.447	-
		1.565	1.079	2.438	2.947
		18.154	17.785	60.002	28.769

28. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros mantidos pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	429.003

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Considerações gerais**

O Grupo contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas

patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos e contratos de câmbio.

A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

Empréstimos e financiamentos

As operações estão registradas de acordo com os contratos celebrados e as respectivas taxas de juros usuais de mercado, conforme nota explicativa nº 14.

Na sua totalidade os financiamentos são denominados em moeda nacional e são corrigidos pelo CDI pós-fixado.

Contratos de câmbio**i) Riscos cambiais**

A controlada SAMA realiza operações de contratos de câmbio visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados para o mercado externo.

ii) Riscos de taxa de juros

O Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas.

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

b) Exposição cambial

Em 31 de dezembro de 2010, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, preponderantemente indexados ao dólar norte-americano, e relacionados à controlada SAMA, são conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Cotação em 31/12/10 (US\$ 1,00 = R\$)
	31/12/10	31/12/09	
Clientes no mercado externo (i)	38.074	40.204	1,666
Fornecedores no mercado externo	(8.299)	(56)	1,666
ACE (ii)	(19.419)	(28.656)	1,666
Comissões no exterior	(111)	(66)	1,666
Fretes internacionais	(477)	(775)	1,666
Total da exposição cambial	9.768	10.651	

(i) Valores a receber de clientes no exterior pela venda de minério crisotila.

(ii) A controlada SAMA tem como prática descontar os contratos de exportação sempre que a cotação do dólar norte-americano se mostra favorável para esse tipo de operação, minimizando riscos de perdas com a variação cambial.

c) Exposição à taxa de juros

As exposições ativas (passivas) da Companhia e de suas controladas à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativo:				
Aplicações financeiras (i)	54.232	121.804	77.294	138.945
Passivo:				
ACE (ii)	-	-	(19.419)	(28.656)
Empréstimos e financiamentos (iii)	(1.512)	(3.044)	(4.515)	(3.044)
Total da exposição à taxa de juros	(52.720)	(118.760)	(53.360)	(107.245)

(i) Estão representadas por fundos de renda fixa e CDB, com remuneração média de 103% e 109% respectivamente, do CDI (vide notas explicativas nº 5 e 6).

(ii) O deságio aplicado pelo desconto dos recebíveis corresponde à PRIME com variação média de 3,25% ao ano (vide nota explicativa nº 14).

(iii) Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP com taxas médias ponderadas variando de 7,4% a 10% ao ano (vide nota explicativa nº 14).

Os empréstimos captados por conta garantida estão atrelados à variação do CDI e 0,3% ao mês.

d) Valor de mercado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, empréstimos e ACE, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares.

e) Análise de sensibilidade

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1,666 por US\$ 1,00), foram estimados quais seriam os ajustes de contas a receber, ACE, comissões e fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2010.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a controlada SAMA incorreria nos seguintes resultados com seus impactos nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia.

Cenários	Variação - %	Valorização - R\$		Desvalorização - R\$		Ganhos ou perdas - R\$
Provável	2	1,699	1,6334	-	361	
Possível	25	2,0834	1,250	-	4.517	
Remoto	50	2,499	0,8334	-	9.034	

f) Risco de crédito

As vendas do Grupo são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia e de suas controladas considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

30. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS**a) Ambiente**

A Indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89 são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada SAMA, segue o PRAD, devidamente homologado e com cronograma para "remonte do site", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a SAMA está apta para extrair e processar o minério crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do minério crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício social, a SAMA registra a obrigação com a recuperação ambiental, na mesma proporção da extração do minério, de acordo com o seu valor justo conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados:

Ano	2010	2009
2042	905	818
2043	803	726
2044	429	388
2045 a 2049	368	331
Total	2.505	2.263

Considerando o acordo celebrado com o PRAD a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2010 foi de R\$ 242 (R\$ 175 em 2009), calculado com base na produção atual de minério crisotila.

Continua...



...Continuação

www.eternit.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**b) Recursos Minerais (não auditado)**

Segue a abertura dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada SAMA:

Ano	31/12/10	31/12/09
Recursos minerais	9.073.532 t	9.375.789 t
Produção anual	302.257 t	288.452 t
Vida útil estimada da mina (*)	31,5 anos	32,5 anos

(*) A diminuição da vida útil estimada deve-se à revisão da estimativa de produção da mina baseada em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

31. EFEITOS NO RESULTADO E NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA CADA TRIMESTRE DE 2009 E DE 2010, DECORRENTES DA PLENA ADOÇÃO DO IFRS E DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL

Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, combinado com o Artigo 1º da Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, a Companhia apresenta, nos quadros abaixo, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010, relativamente aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, bem como os relativos aos mesmos períodos do ano de 2009.

a) Conciliação do Patrimônio líquido controladora e consolidado

	Em 31/03/10 (data da 1ª ITR)		Em 31/03/09 (data da 1ª ITR)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	378.577	378.577	255.263	255.263
Reversão do ágio – goodwill na aquisição da controlada SAMA	16.558	16.558	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado	212	1.665	212	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(34)	(427)	(29)	(328)
Reversão do ativo diferido	-	(133)	-	(133)
Reversão da amortização do ativo diferido	-	97	-	97
Equivalência patrimonial	1.242	-	1.061	-
IRPJ e CSLL diferidos	(61)	157	(62)	124
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	396.494	396.494	273.003	273.003

	Em 30/06/10 (data da 2ª ITR)		Em 30/06/09 (data da 2ª ITR)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	384.969	384.969	264.693	264.693
Reversão do ágio – goodwill na aquisição da controlada Sama	16.558	16.558	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado	212	1.665	212	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(36)	(453)	(31)	(354)
Reversão do ativo diferido	-	(133)	-	(133)
Reversão da amortização do ativo diferido	-	97	-	97
Equivalência patrimonial	1.226	-	1.046	-
IRPJ e CSLL diferidos	(60)	166	(62)	133
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	402.869	402.869	282.416	282.416

	Em 30/09/10 (data da 3ª ITR)		Em 30/09/09 (data da 3ª ITR)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	392.607	392.607	266.452	266.452
Reversão do ágio – goodwill na aquisição da controlada Sama	16.558	16.558	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado	212	1.665	212	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(37)	(480)	(32)	(378)
Reversão do ativo diferido	-	(133)	-	(133)
Reversão da amortização do ativo diferido	-	97	-	97
Equivalência patrimonial	1.209	-	1.030	-
IRPJ e CSLL diferidos	(60)	175	(61)	141
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	410.489	410.489	284.159	284.159

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SERGIO ALEXANDRE MELLEIRO
Presidente do Conselho de Administração

ÉLIO ANTONIO MARTINS

GUILHERME AFFONSO FERREIRA

LÍRIO ALBINO PARISOTTO

LUIZ BARSIL FILHO

MARIO FLECK

VICTOR ADLER

DIRETORIA

ÉLIO ANTONIO MARTINS
Presidente (*)

(*) Diretor de Relações com Investidores

FLAVIO GRISI

MARCELO FERREIRA VINHOLA

NELSON PAZIKAS

ROGÉRIO RENNAR DOS SANTOS

RUBENS RELA FILHO

SAULO SIMONI NACIF

CONTADOR

GILBERTO COMINATO CRC-TC 1SP188839/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Eternit S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

b) Conciliação do resultado da controladora

	Em 31/03/10 (data da 1ª ITR)	
	01/01/10 a 31/03/10	01/01/09 a 31/03/09
Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	23.249	21.637
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(2)	(1)
Resultado da equivalência patrimonial	(16)	(16)
IRPJ e CSLL diferidos	1	-
	(17)	(17)
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	23.232	21.620

2º ITR

	Em 30/06/10 (data da 2ª ITR)			
	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10	01/04/09 a 30/06/09	01/01/09 a 30/06/09
Lucro do período divulgado	24.286	47.535	17.303	38.940
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(1)	(3)	(1)	(2)
Resultado da equivalência patrimonial	17	1	(16)	(33)
IRPJ e CSLL diferidos	-	1	-	1
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	24.302	47.534	17.286	38.906

Em 30/09/10 (data da 3ª ITR)

	Em 30/09/10 (data da 3ª ITR)			
	01/07/10 a 30/09/10	01/01/10 a 30/09/10	01/07/09 a 30/09/09	01/01/09 a 30/09/09
Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	25.533	73.068	17.004	55.944
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(2)	(5)	(2)	(4)
Resultado da equivalência patrimonial	25	26	(16)	(48)
IRPJ e CSLL diferidos	1	2	1	1
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	25.557	73.091	16.987	55.893

c) Conciliação do resultado Consolidado.

	Em 31/03/10 (data da 1ª ITR)	
	01/01/10 a 31/03/10	01/01/09 a 31/03/09
Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	23.249	21.637
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(26)	(26)
IRPJ e CSLL diferidos	9	9
Lucro líquido de acordo com o IFRS	23.232	21.620

Em 30/06/10 (data da 2ª ITR)

	Em 30/06/10 (data da 2ª ITR)			
	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10	01/04/09 a 30/06/09	01/01/09 a 30/06/09
Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	24.286	47.535	17.303	38.940
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(27)	(53)	(26)	(52)
Juros sobre financiamento de imobilizado	52	52	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	(9)	-	9	18
Lucro líquido de acordo com o IFRS	24.302	47.534	17.286	38.906

Em 30/09/10 (data da 3ª ITR)

	Em 30/09/10 (data da 3ª ITR)			
	01/07/10 a 30/09/10	01/01/10 a 30/09/10	01/07/09 a 30/09/09	01/01/09 a 30/09/09
Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	25.533	73.068	17.004	55.944
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(27)	(80)	(26)	(78)
Juros sobre financiamento de imobilizado	63	115	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	(12)	(12)	9	27
Lucro líquido de acordo com o IFRS	25.557	73.091	16.987	55.893

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2011.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem sua apresentação. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de março de 2011.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Reynaldo Awad Saad

Contador

CRC nº 1 SP 215056/O-1

Deloitte.